

LUAN VINICIUS BERNARDELLI  
(ORGANIZADOR)

# ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3

LUAN VINICIUS BERNARDELLI  
(ORGANIZADOR)

# ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Economia: mercado e relações de trabalho 3

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Luan Vinicius Bernadelli

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: mercado e relações de trabalho 3 / Organizador Luan Vinicius Bernadelli. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0497-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.972220509>

1. Economia. I. Bernadelli, Luan Vinicius (Organizador).

II. Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A terceira coleção do livro “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho 3” é composta de diversos capítulos, tendo como objetivo principal ajudar na construção do debate científico. A primeira edição da coleção apresenta diversos artigos interessantes para o debate do mercado de trabalho, o segundo volume também aborda de forma categorizada e interdisciplinar trabalhos, pesquisas, relatos de casos, revisões e ensaios empíricos que transitam nos vários caminhos das organizações e da economia. A terceira edição da coleção aborda questões multidisciplinares nas áreas de mercado e relações de trabalho.

O objetivo principal da obra é apresentar de forma categorizada estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Em todos esses trabalhos, a linha geral foi o estudo de aspectos empresariais ligados ao debate do mercado de trabalho.

Nesta obra são debatidos vários temas importantes com o intento de fundamentar o conhecimento científico, contribuindo a todos os leitores que de alguma forma se interessam pelo estudo do mercado de trabalho. São trabalhos que se empenham em mostrar o papel da escolarização no desenvolvimento econômico. Das condições socioambientais de catadores de resíduos, da mão de obra feminina no mercado financeiro, entre outros trabalhos.

A organização desta obra não está fundamentada sob uma única temática, considerando a diversidade de tópicos e métodos que são apresentados. Nesta obra, o leitor terá a oportunidade de contemplar 6 capítulos que debatem o mercado e as relações de trabalho.

A existência do terceiro volume de uma obra que debata o comportamento do mercado de trabalho e o perfil empresarial das organizações é essencial no atual contexto econômico e financeiro, onde há uma intensa modificação no perfil tanto das empresas, quanto dos profissionais. Tratam-se de temas atuais e de interesse direto da sociedade.

Assim, a obra “Organização Economia: Mercado e relações de trabalho 3” é composta de trabalhos fundamentados nos resultados práticos obtidos pelos diversos estudantes, professores e demais profissionais que desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática.

Considerando a importância da divulgação científica, a editora Atena, em mais uma obra, auxilia na construção do conhecimento, auxiliando toda a comunidade científica na divulgação de seus resultados.

Luan Vinicius Bernardelli




## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **ECONOMIA DA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**


Adelcio Machado dos Santos  
Rita Marcia Twardowski  
Audete Alves dos Santos Caetano  
Danielle Martins Leffer  
Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205091>

### **CAPÍTULO 2..... 13**

#### **O IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DO RELATO FINANCEIRO: O CASO DE MOÇAMBIQUE**

Maira José Antônio Francisco  
Cristina Belmira Gaio Martins da Silva  
Alexandre Edgar Lourenço Tocoloa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205092>

### **CAPÍTULO 3..... 31**

#### **PERCEÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS CATADORES DE RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E DUQUE DE CAXIAS**


Isabela Yasmin das Chagas Rodrigues  
Christiane Florinda de Cima Aires

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205093>

### **CAPÍTULO 4..... 42**

#### **RESENHA - FARIAS, FLÁVIO BEZERRA DE. O ESTADO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO: PARA A CRÍTICA DAS VISÕES REGULACIONISTAS. 2. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001**


Bruna Feitosa Serra de Araújo  
Catia da Silva Feitosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205094>

### **CAPÍTULO 5..... 50**

#### **MULHERES E O MERCADO FINANCEIRO: COMPREENDENDO A MÃO DE OBRA FEMININA E O MERCADO DE TRABALHO NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS**

Karina Silva Guimarães  
Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205095>

### **CAPÍTULO 6..... 63**

#### **COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS ATRIBUÍDAS AOS CONTADORES PÚBLICOS SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE GARIBALDI/RS**

Daniela Pegoraro

Elisane da Cas  
Taísa Maria Rossato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9722205096>

<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>76</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>77</b>

# CAPÍTULO 1

## ECONOMIA DA EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLARIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Data de aceite: 01/09/2022

### **Adelcio Machado dos Santos**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisado e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)  
Caçador/SC/Brasil

### **Rita Marcia Twardowski**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)  
Caçador/SC/Brasil

### **Audete Alves dos Santos Caetano**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)  
Caçador/SC/Brasil

### **Danielle Martins Leffer**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)  
Caçador/SC/Brasil

### **Alisson André Escher**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação Básica da UNIARP. Instituição: Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)  
Caçador/SC/Brasil

**RESUMO:** Atualmente, configura-se consenso quanto à relação direta entre educação e desenvolvimento econômico, ou seja, entre o enriquecimento das nações e seu grau escolar, entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora de seu povo. Neste sentido, a política educacional está relacionada diretamente com o contexto e a organização política de cada sociedade, e o seu perfil depende em grande parte desse aspecto da sociedade em que ela se processa. A política educacional deve assegurar o direito à educação para todos os cidadãos. Junto a outras políticas sociais asseguradoras de seus respectivos direitos, ela tem por fim proporcionar condições mais igualitárias de vida, proporcionando oportunidades iguais de existência para todos. Pode-se dizer que o financiamento da educação básica se refere aos usos e controle da aplicação dos recursos financeiros no grau da educação escolar brasileira que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Assim, o papel que a educação pode desempenhar no desenvolvimento econômico é mais evidente em relação com a formação de mão-de-obra profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento. Por conseguinte, faz-se mister a configuração epistemológica plena da disciplina Economia da Educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia da educação. Política educacional. Desenvolvimento

econômico.

## CHOOIING IN THE ECONOMIC DEVELOPMENT

**ABSTRACT:** Nowadays, there is an agreement concerning the direct relationship between education and the economic development, that is, between the enrichment of nations and its schooling degree, between the economic progress, the creative and changing competence of its people. Therefore, the organization policy is directly related to the background and the political organization of each society and its profile depends on a great extent of this aspect concerning the society in which takes place. The educational policy must ensure the right to education to all citizens. Along with other social policies in which provide the following rights, it aims to provide more equal conditions of life, as means to grant equal opportunities to all. It is known that the financial of basic education refers to use and control of application of financial resources in a degree of Brazilian education that comprises primary, secondary and high school. Thus, the role education can play in the economic development is more evident compared with the formation of labor, both professional and technical, although its influence on technology inversion, innovation diffusion, business aptitude, consumption patterns, savings propensity, adaptability to economic mutations and the active participation of the wide social sectors in the development tasks. Consequently, it is imperative that the epistemological setup happens at the Economics of Education subject.

**KEYWORDS:** Economics of Education, Edicational policy, Economic development.

## 1 | INTRODUÇÃO

A educação visa ao alcance de um conjunto de normas éticas e morais. Destarte, a grande importância dos ensinamentos de normas, éticas e morais, está no fato de que elas constituem princípios básicos da vida social, sem os quais a sociedade se autodestrói através dos tempos, podendo redundar após duas ou três gerações, na cristalização de causas inarredáveis, de patologia social, tais como violência, prevaricação, delinquência, irresponsabilidade e horrores sociais.

É indiscutível a importância da educação para o progresso de uma nação, seja ela desenvolvida ou esteja em vias de desenvolvimento. Economistas, sociólogos e outros intelectuais, a par de agentes políticos, com unanimidade professam tal ponto de vista, quer como utilização eficaz dos recursos humanos, quer como inversão de capital com rendimentos passíveis até de mensuração.

Todavia, malgrado a conscientização geral, estão ainda no início os estudos a respeito das funções da educação no desenvolvimento ou do papel da educação na transformação das estruturas econômicas e sociais, no estímulo ao avanço tecnológico ou na sua atuação como investimento.

Em epítome, urge estudos sobre a Economia da Educação, com ênfase na política e no financiamento educacional para o desenvolvimento econômico.

## 2 | ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

A educação se inscreve entre as necessidades vitais da sociedade democrática, por constituir o único meio legítimo de participação de todos em tudo.

Portanto, os problemas da Economia da Educação ou da aplicação da análise econômica para a escolarização estão ainda para ser devidamente equacionados, embora vários economistas hajam manifestado interesse pelos problemas educacionais. Apenas recentemente é que alguns autores começaram a pesquisar assuntos tais como produtividade e lucros da educação, indicadores quantitativos do desenvolvimento do capital humano e outros.

Na época atual, os economistas vêm acentuando a relação direta entre educação e desenvolvimento econômico, ou seja, entre o enriquecimento das nações e seu capital humano, entre o progresso econômico e a capacidade criadora e transformadora de seu povo.

O interesse dos economistas pela análise da relação entre educação e desenvolvimento foi recentemente estimulado pelo estudo de alguns exemplos de rápido desenvolvimento de países pobres em recursos naturais, mas ricos em recursos humanos, isto é, com elevado nível educacional.

Segundo Pinho (1976) vários educadores brasileiros vêm, há anos, instituindo a necessidade de maior entrosamento entre a educação e a economia, pois reconhecem a importância da contribuição da ciência econômica na análise dos problemas educacionais e por terem consciência dos ligamentos existentes entre a educação e a economia, bem como da importância da valorização do homem pela educação.

Recentemente, alguns economistas começaram a se dedicar especialmente ao estudo da aplicação da análise econômica à educação para medir a importância do capital humano no desenvolvimento, os lucros da educação a curto, a médio e em longo prazo, sua produtividade, as despesas com a educação, as finanças do sistema educacional, a contabilidade da educação, entre outros.

É, principalmente, na época atual que a problemática econômica da educação polariza a atenção de grande número de economistas, tendo em vista não apenas a urgente necessidade de se medir a contribuição dos recursos humanos nas políticas de desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, a necessidade de se integrar o planejamento educacional no contexto dos planos de desenvolvimento global e harmonioso das nações.

## 3 | POLÍTICA EDUCACIONAL

A política educacional é um processo que só existe quando a educação assume um modo organizado, seqüencial, ditado e definido de acordo com os interesses e as finalidades que se tem em relação aos aprendizes envolvidos no processo.

A educação, diferentemente da política educacional, pode existir livre e entre

todos, com uma das maneiras que as pessoas encontraram para tornar comum o saber, externando naturalmente as suas crenças. A política educacional, por sua vez, pressupõe organização, seletividade e criteriosidade sobre o que será ou não transmitido.

Para Martins (1993) a política educacional age sobre a educação, mas não tem, como pode parecer num primeiro momento, o domínio sobre ela. Ao contrário, é a própria educação que pode atuar e interferir na política educacional.

Assim, a política educacional é um dos instrumentos para se projetar a formação dos tipos de pessoas de que uma sociedade necessita. Ao contrário da educação, que ajuda a pensar tipos de mulheres e homens, a política educacional ajuda a fazer esses tipos, definindo a forma e o conteúdo do saber que vai ser passado de pessoa a pessoa para contribuir e legitimar seu mundo, e visando, com isso, garantir a sobrevivência dos vários tipos de sociedade.

Isso quer dizer que a política educacional é carregada de intenções, e são exatamente as intenções o que há de comum em todos os tipos de política educacional. Aprendendo a ler as finalidades de uma política educacional, a pessoa se torna capaz de perceber que tipo de gente a sociedade está querendo, qual o projeto de ser humano que nela prevalece.

A política educacional não retira a força criadora da educação, apenas a canaliza para fins específicos, embora possa também fragilizar o processo pedagógico, impossibilitando uma ação criadora e reflexiva (MARTINS, 1993).

É possível que muitas políticas educacionais, na teoria, tenham como objetivo transformar, através da educação, os indivíduos e a sociedade em algo melhor. Todavia, ao se concretizarem, ao se materializarem, elas podem desencadear um processo que não é ensino, mas sim deseducação.

A política educacional, muito mais que um rol de metas e planos setoriais, é um processo complexo que não se esgota em programas de governo, mas está presente e atua na subjetividade humana.

Ao tratar da educação, que deve ser transmitida de geração a geração, a política educacional está interferindo no corpo de regras sociais constituintes da moralidade de um grupo, podendo incluir ou excluir valores, e acaba delimitando, assim, o próprio processo de formação subjetiva do ser humano, que envolve os sentimentos e as disposições emocionais que vão regular a sua conduta.

Apesar de não estar em todos os lugares onde está a educação, a política educacional também não está apenas no sistema escolar padronizado, pois ultrapassam os seus limites.

A política educacional se vincula à burocracia do sistema de ensino quando está voltada para a expansão escolar, pois geralmente a opinião que prevalece em políticas tecnocráticas de ensino público é que mais espaço, mais alunos e mais professores exigem mais organização burocrática e mais pessoal de apoio técnico e administrativo.

De acordo com Martins (1993) a política que consegue manter um sistema

educacional fundamentado na lei consegue muitas vezes, na realidade, manter um sistema burocratizado, no qual se crê ser preciso controlar aqueles que controlam.

Daí porque com esse tipo de política educacional a hierarquia do sistema escolar está sendo sempre ampliada e acaba geralmente se transformando em um fim em si mesma, mantendo um conservadorismo burocrático, no qual toda crítica é considerada sinal de oposição, ofensa pessoal à autoridade imediata.

Desse modo, a política educacional tecnocrática estimula, de certa forma, a existência dessa repressão à crítica e à ação criativa no sistema escolar. Em contrapartida, isso pode provocar uma crescente indiferença das bases da educação e gerar um número cada vez maior de professores estimulados a buscar títulos e cargos a qualquer preço.

Tem-se assim uma política educacional que induz os profissionais da educação à submissão política e incentiva o surgimento de professores ignorantes das finalidades da educação e de seu poder político e transformador.

Vale lembrar que não é incomum uma política educacional acabar atuando às avessas, estimulando os professores a ficarem muito mais preocupados com suas carreiras do que propriamente com as aulas que dão ou o aproveitamento e a formação de seus alunos.

Pode-se afirmar que a política de municipalização da educação se coloca como uma alternativa às características estruturais que sustentam a política educacional e permite, ao menos no nível educacional, a devolução às bases daquilo que lhes pertence numa verdadeira democracia. Ela implica um poder maior em favor dos locais onde se estabelece a autonomia do complexo escolar, o que comumente é compreendido como municipalização do ensino.

Essa política não se esgota no âmbito administrativo ou pedagógico, mas pressupõe uma reorientação do exercício do poder: o reconhecimento da maioria das comunidades municipais é muito mais que descentralização administrativa.

Ademais disso, uma verdadeira política educacional municipalizante não pode permitir que o repasse de recursos financeiros ao município seja utilizado como instrumento de coerção ideológica pelo Estado, porquanto isso desestimularia a interação entre os diversos parceiros que compõem a comunidade escolar, impediria a existência de uma gestão democrática da escola e contribuiria para que a municipalização significasse apenas mandonismo local em sintonia com o poder central.

Com isto, a política educacional municipalizante assegura recursos públicos desvinculados de posições político-partidárias e pressupõe participação, controle e comprometimento por parte da comunidade com a coisa educacional.

Essa política é democrática, porque prevê uma organização da escola que permite aos envolvidos no processo pedagógico ocupar cargos executivos ou participar de órgãos colegiados com mandatos curtos.

Uma política educacional voltada para a gestão democrática nas escolas acaba não

sendo definida por um único agente, do governo ou do Estado, embora ela seja também uma política educacional ampla, porque comporta diretrizes gerais.

O positivo nessa política é a abrangência com a qual ela pode operar paralelamente ao espaço, e a flexibilidade, que permite que as localidades operem com suas especificidades. É uma política educacional de âmbito geral, mas que também é traçada em cada município, via elaboração de um plano com a participação da população e dos educadores fixando diretrizes, prioridades e responsabilidades específicas de cada escola.

Todavia, não é decisivo para uma política educacional democratizante o fato de a responsabilidade nominal pela escolaridade obrigatória ser do município, do governo estadual ou do governo federal (MARTINS, 1993).

A política educacional está diretamente ligada ao contexto e à organização política de cada sociedade, e o seu perfil depende em grande parte desse aspecto da sociedade em que ela existe.

## **4 | ECONOMIA E POLÍTICA EDUCACIONAL**

A política educacional ajuda a formar tipos de seres humanos, visa assegurar a sobrevivência dos tipos de sociedade. É justamente nesse momento que a política educacional revela sua dupla face: política e econômica.

Há uma interdependência entre ambas as vertentes da política educacional. Nessa interdependência, o teor econômico pesa mais que o político.

De acordo com Martins (1993) o significado econômico da política educacional é bem mais recente que seu teor político, que só nasceu a partir da questão da igualdade social.

A política educacional é responsável por assegurar o direito à educação para todos os cidadãos. Junto a outras políticas sociais asseguradoras de seus respectivos direitos, ela tem por fim proporcionar condições mais igualitárias de vida, dando assim, ao menos em teoria, oportunidades iguais de existência para todos.

Assim, a política educacional, que teoricamente é a responsável pela universalização do ensino, concretamente, não consegue assegurar sequer oportunidades iguais de escolarização a todos os cidadãos, quanto mais igualdade social.

Na combinação cidadania, trabalho e educação, a extensão da educação a todos se vinculou mais às necessidades econômicas e exigências do processo produtivo do que ao processo de correção das desigualdades sociais. A significação econômica da política educacional passou a prevalecer sobre seu teor político.

À medida que os países se industrializaram e suas economias passaram a ser mais complexas, novas exigências se fizeram para a instrução pública, forçando os sistemas educacionais a atender reivindicações específicas da divisão de trabalho requerido pela economia. Assim, a organização de trabalho em qualquer sociedade influi nos objetivos das



políticas educacionais e, conseqüentemente, na determinação das funções de cada nível do sistema de ensino.

Há, de fato, uma grande distância entre educação e trabalho, se for pensar que a profissionalização na escola é precária, já que não consegue acompanhar a crescente automação dos processos produtivos. A essa distância soma-se o fato de nenhuma política educacional ser o caminho para a aceleração ou o aquecimento da economia nem para o aumento das possibilidades de emprego (MARTINS, 1993).

Por fim, na relação entre política educacional e estrutura econômica há uma eterna tensão entre duas dinâmicas: os imperativos da economia e os da democracia em todas as suas formas. E a política educacional está envolvida nos grandes conflitos inerentes, tanto à dinâmica econômica quanto à dinâmica democrática.

Curiosamente, a pesquisa educacional revela robustez em várias disciplinas, contudo manteve inércia em se tratando da Economia da Educação, verificando-se, embora, grande preocupação popular com seu papel no desenvolvimento econômico.

## 5 | FINANCIAMENTO EDUCACIONAL

Conforme Sheehan (1975, p. 150)

[...] o financiamento é um tópico importante e não é algo que seja estabelecido automaticamente por outras considerações de política.

É evidente que a educação é amplamente financiada pelo setor público. Além disso, o financiamento público da educação está aumentando de importância na maioria dos países.

O primeiro ponto importante que se deve notar é que o financiamento estatal deve ser diferenciado do controle ou da propriedade estatal.

As questões referentes ao financiamento da educação, independentemente da propriedade ou o controle das instituições educacionais, prestam-se à análise econômica, enquanto, por outro lado, as questões que dizem respeito à propriedade ou ao controle são em grande parte uma questão de valores políticos, sociais e religiosos.

O segundo ponto importante é que um dado compromisso financeiro por parte do Estado poderá ser cumprido de várias maneiras e, por conseguinte, terá vários efeitos.

A vinculação constitucional de impostos é provavelmente o aspecto mais importante da discussão sobre o financiamento da educação estatal (DAVIES, 2004).

Por isso, pode-se argumentar que o financiamento da educação estatal numa perspectiva democrática não deveria depender da riqueza da região, estado ou município onde o indivíduo reside, mas sim dos recursos totais do país.

O equacionamento do financiamento da educação estatal no Brasil requer o enfrentamento das desigualdades tributárias não só entre os diferentes níveis de governo e as diferentes regiões, como também entre municípios de um mesmo estado.

O financiamento da educação básica refere-se aos usos e controle da aplicação dos recursos financeiros no grau da educação escolar brasileira que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O financiamento da educação básica pública no Brasil se dá com base em recursos procedentes das três esferas de governo. Na educação infantil, tanto o financiamento quanto a oferta são responsabilidades dos municípios.

Já a oferta e o financiamento do ensino médio competem aos estados e ao Distrito Federal. No ensino fundamental, financiamento e oferta são responsabilidades das duas esferas: a estadual e a municipal, incluindo o Distrito Federal. À União compete somente no que se refere ao financiamento, com papel supletivo e redistributivo.

Existe uma violenta vinculação entre o financiamento público da educação e a situação socioeconômica do país, ao passo que as principais fontes de recursos para a educação pública procedem da arrecadação de impostos, que é dissimulada pelo desempenho da economia.

Atualmente, o financiamento da educação pública no Brasil é realizado por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

As ações de apoio ao ensino médio fazem parte de uma mudança na maneira de financiamento da educação brasileira: a substituição do Fundef, que financia o ensino fundamental, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O novo fundo tem mais recursos e atende a todos os níveis da Educação Básica.

Entre os programas mais importantes enfatiza-se a lei de criação do Fundo da Educação Básica que tramita no Congresso Nacional. O Fundeb amplia os recursos para o financiamento da educação e compreende os ensinos infantil, fundamental, médio, especial e a educação de jovens e adultos.

A educação está intensamente ligada ao Estado e ao Poder. O diagnóstico parte do conhecimento do local, como espaço globalizador da sociedade. O poder local e a educação básica têm uma afinidade dialética que pode ser percebida por meio do financiamento da educação municipal, política pública descentralizadora do governo central e ferramenta concentradora destas relações.

O poder local não se sintetiza no exercício dos poderes políticos e econômicos que se inter-relacionam, dividindo o governo municipal e o significado de políticas públicas.

A educação é um serviço que reflete as estruturas econômicas, sociais e políticas, considerando a ideologia do estado, com claras funções de controle e exclusão social, oferecendo serviços diferentes a partir do próprio ingresso ao sistema.

O financiamento da educação básica, com recursos da Quota-Federal, Salário-Educação, repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aos estados e municípios, admitiu delimitar o relacionamento entre o Poder e Educação, Estado e Sociedade, e as dimensões entre privado e público, local e central.

Assim, as ações do financiamento são basicamente políticas, apontando atender a interesses privados que permeiam a educação municipal, por sua vez, ligada ao poder social e econômico e centrado nas elites locais.

Esse assunto traduz a falta de prioridade que a educação municipal representa para o governo local, se cogita nas deficiências e qualidade do ensino público obtido, no desperdício do dinheiro público e na ausência de compromisso dos gestores públicos e da burocracia submergida, reforçando, portanto, os problemas estruturais da educação pública do país.

Pode-se dizer que o financiamento da educação de crianças e adolescentes tem de ser considerado prioridade absoluta, com destinação privilegiada de recursos. Não se estabelece uma grande nação economizando recursos na educação.

A pesquisa acerca da política de financiamento educacional tem como essência a compreensão de que é fundamental a avaliação da política pública implementada pelos diversos níveis da administração do Estado, visto que o controle e o acompanhamento da ação do Estado é parte do processo de democratização deste.

No caso do financiamento educacional, tanto a implantação do FUNDEF, quanto a determinação dominada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de integração das creches no sistema de ensino, são medidas determinadas em âmbito nacional que interferem de modo central na política municipal de educação.

Assim sendo, a análise da direção do gasto público em educação tomou de maneira substantiva a relação entre política regional, local e nacional.

O problema do financiamento de instituições superiores e médias de ensino estabelece um dos maiores problemas que obstaculiza o desenvolvimento de iniciativas novas na matéria. A grande parte dos doadores que apóiam na esfera de educação, fazem comumente questão para que os custos de funcionamentos sejam cobertos pelos países beneficiários por meio de dotações orçamentais.

Infelizmente, as dificuldades orçamentais congregadas a uma fraca priorização e programação no processo de alocação de recursos inviabilizam o funcionamento das instituições de ensino de tipo superior e médio.

Partindo-se da premissa de que o financiamento educacional pelo poder público constitui-se numa consolidação de direito concedido à população, o ponto de vista a ser dado na projeção de financiamento deste Plano, vislumbra a questão da cidadania traduzida por meio da garantia da aplicação de recursos constitucionalmente eleitos, o aumento das fontes de financiamento por meio do aporte de recursos mediante celebração de parcerias e convênios e a apropriação democrática e cidadã da questão dos recursos públicos educacional pelos seus atores.

## 6 I EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A educação para o desenvolvimento constitui uma estratégia, pois ela deve visar à formação de recursos humanos aptos a participar da dinâmica do processo econômico.

À medida que um país se desenvolve, ele passa a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da tecnologia e do trabalho qualificado. Formação profissional, tecnologia e desenvolvimento econômico-social são situações e atitudes que se integram ou ainda termos de uma equação. A educação oferece ao educando algumas opções, sejam elas em função do grau do ensino, sejam em função da escolha da especialização (BAPTISTA FILHO, 1975).

O desenvolvimento econômico global tem sido analisado sobejamente e o seu relacionamento com a formação e utilização de recursos humanos de alto nível constitui atualmente uma das grandes preocupações dos administradores e economistas.

O papel que a educação pode desempenhar no desenvolvimento econômico é mais evidente em relação à formação de mão-de-obra profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, a aptidão empresarial, os padrões de consumo, a propensão à poupança, a adaptabilidade a mudanças econômicas e a participação ativa dos distintos setores sociais nas tarefas do desenvolvimento.

A idéia de que a educação tem um alto valor econômico não é nova, porém só recentemente estão sendo intensificados os estudos para determinar qual deverá ser a alocação ótima de recursos à educação, a fim de incluí-la nos planos integrais de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico pode correr grave risco tanto se não se cumprem os fins individuais e sociais do sistema educativo como se deixam de realizar os de ordem estritamente econômica.

Por sua tendência conservadora e sua estreita vinculação com a estrutura social existente, os sistemas educativos podem favorecer a perpetuação de atitudes pouco propícias ao desenvolvimento econômico (ECHEVARRÍA et al., 1967).

Destarte, é evidente o alto valor econômico de escolarização eficaz para todas as crianças. Tal educação proporciona ao indivíduo as condições mínimas para participar na economia moderna como produtor e consumidor e para receber formação profissional, na escola ou no trabalho mesmo.

Os benefícios econômicos que se obtêm da educação primária universal eficaz são praticamente incalculáveis. Como constituem um melhoramento para toda a população, não podem ser avaliados tão somente pelas diferenças nos níveis de renda ou pela necessidade de contar com aptidões determinadas.

Do ponto de vista econômico, um país que inicia seus esforços de desenvolvimento com um sistema escolar rudimentar poderia conceder uma prioridade demasiado alta à

expansão da educação primária em relação a outros níveis de educação.

O desenvolvimento econômico e o educacional não devem ser coerentes. O serviço educativo deve prover o país de conhecimentos técnicos e de um grau de evolução cultural que favoreça o crescimento da população e o melhoramento do nível de vida de seus habitantes.

Assim, o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, a obtenção de rendas individuais mais altas, constituem o único recurso viável para incrementar a escolaridade, porque o trabalho do menor representa um obstáculo à sua permanência na escola, ou, pelo menos, na sua maior dedicação às atividades escolares.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prioridade da educação, não só para o desenvolvimento econômico das nações, mas, sobretudo, para a escalada social do homem é, contemporaneamente, preocupação de muitos governantes.

Assim, se a cultura de um povo é democrática e ele atua nas decisões políticas, é provável que sua política educacional acate as sugestões e os anseios da população, mas em contextos autoritários, nos quais o povo é subjugado por uma cultura extremamente dominadora, é comum predominar uma política educacional de evidência platônica.

Nenhuma política educacional, tecnicamente determinada pelo desenvolvimento econômico, contribui necessariamente para a construção de uma sociedade democrática, com mais igualdade entre os homens e as mulheres, embora possa contribuir para a dinamização da economia.

A política educacional procura manter a escola como lugar de aprendizagem e situá-la entre o tipo de estrutura de relações sociais da qual os alunos procedem e o tipo de estrutura de relações sociais a que se supõe que estejam destinados enquanto indivíduos produtivos.

Todavia, o financiamento da educação pública é instrumento fundamental para a redução das disparidades sociais no Brasil.

De tal modo, o desenvolvimento econômico implica mudanças de tipo social, de hábitos da população e de atitudes face aos problemas econômicos. Em alguns países, essas mudanças devem ser profundas para que o desenvolvimento se veja frenado na medida em que não se acelere o processo de mutação social.

Finalmente, urge o *status* acadêmico para a disciplina Economia da Educação, para que os estudos da matéria avancem.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA FILHO, Olavo. *Economia da educação, planejamento e explosão demográfica*. São Paulo: Pioneira, 1975.

BRASIL. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2005.

DAVIES, Nicholas. *Financiamento da educação: novos ou velhos desafios?* São Paulo: Xamã, 2004.

ECHEVARRÍA, José Medina et al. *Desenvolvimento, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Clélia. *O que é política educacional*. São Paulo: Brasiliense, 19

# CAPÍTULO 2

## O IMPACTO DA ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DO RELATO FINANCEIRO: O CASO DE MOÇAMBIQUE

Data de aceite: 01/09/2022

**Maira José António Francisco**

Docente da Unilurio Business School

**Cristina Belmira Gaio Martins da Silva**

Professora da ISEG - Universidade de Lisboa

**Alexandre Edgar Lourenço Tocoloa**

Professor da Unilurio Business School

**RESUMO:** Este estudo pretende analisar o impacto da adoção das *International Financial Reporting Standards* por empresas em Moçambique e perceber se existem alterações significativas nas demonstrações financeiras com a alteração do normativo nacional- Plano Geral de Contas (PGC) para a norma internacional- *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Os resultados obtidos sugerem que com a alteração do normativo existe uma variação significativa positiva na média do Capital Próprio de 4,94% e o Resultado Líquido regista uma diminuição de 38,61%. As rubricas que sofreram os ajustamentos mais significativos e que contribuíram para os impactos registados foram: Ativo Intangível, Ativo Financeiros Disponíveis para Venda, Ativo por Imposto Diferido, Caixa e Equivalentes, Empréstimos, Outros Credores, Outros Passivos Correntes, e os rácios *Debt-to-Equity*, Liquidez Geral, Liquidez Reduzida, Rendibilidade Líquida das Vendas e Rendibilidade dos Capitais Próprios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adoção das IFRS, Empresas, Moçambique.

### 1 | INTRODUÇÃO

O processo de globalização na economia tem contribuído para o crescimento do investimento externo, e para a internacionalização dos negócios e serviços. No entanto, as práticas contabilísticas variam de país para país de acordo com a sua conjuntura, política, cultural, económica e fiscal, o que dificulta a comparabilidade do relato financeiro. Assim, o processo da harmonização contabilística tem como o objetivo a normalização das práticas contabilísticas de diferentes países de modo que as suas demonstrações financeiras sejam passíveis de comparação. Os benefícios da implementação das *International Financial Reporting Standards* (IFRS) incluem a harmonização de práticas contabilísticas entre os países que as adotam, que por sua vez levam a maior comparabilidade, a menores custos de transação e maior investimento internacional, (Iatridis 2008).

Chen et al. (2010) estudam o papel das IFRS na qualidade do relato financeiro na União Europeia, e argumentam que existem duas principais escolas de pensamento de debate sobre as IFRS e a harmonização contabilística; os proponentes e os oponentes. Os primeiros defendem que um único conjunto de normas de contabilidade ajudam a reduzir a assimetria de informação, o custo do capital e contribui para o aumento do fluxo do capital através das

fronteiras. Os segundos defendem que as características do ambiente, o local dos negócios, e os órgãos institucionais determinam a forma e o conteúdo das normas contabilísticas, pois as normas de contabilidade relativamente a dois países não precisam de ser as mesmas, e que o uso das IFRS não irá melhorar a qualidade da contabilidade.

A adoção das IFRS tem vindo a ser estudada por vários autores em muitos países. No entanto, são poucos os estudos que analisam a realidade africana, e concretamente as empresas Moçambicanas. Este trabalho tem como objetivo principal analisar o impacto da adoção das IFRS nas empresas em Moçambique, a partir das suas Demonstrações Financeiras individuais. Assim, foram definidos dois objetivos:

- Analisar o impacto da adoção das IFRS nas rubricas das Demonstrações Financeiras e nos Indicadores Económicos Financeiros, a 31 de Dezembro de 2009.
- Identificar e analisar quais as rubricas das Demonstrações Financeiras e Indicadores Económicos Financeiros, registaram alterações significativas com a transição do normativo PGC para IFRS, a 31 de Dezembro de 2009.

A motivação do estudo prende-se ao facto de serem escassos os estudos que falam sobre a África, em particular sobre Moçambique. Pois, os vários estudos que existem relacionados com o tema são para países da Europa e da Ásia.

## **1.1 Enquadramento Empresarial em Moçambique**

Citando a Bolsa de Valores de Moçambique (2015), a economia de Moçambique é caracterizada por uma assimetria entre o Norte e o Sul do país, sendo que o sul é mais desenvolvido que o Norte. A estratégia utilizada para inverter a dissimetria existente foi a adoção de uma economia centralmente planificada que tem vindo a registar um notável crescimento económico. Os setores com maior potencial económico, para a atração de investimentos no país, são as áreas do agro- agricultura, agricultura, turismo, pesca e mineração.

O Governo tem vindo a desenvolver vários projetos que têm contribuído significativamente para o crescimento do investimento global e internacional em várias regiões do país. Os projetos mais relevantes são: o da Mozal, Barragem de Cahora Bassa, Corredores, Ferro - Portuários e Complexos Turísticos. O Produto Interno Bruto real em Moçambique cresceu 7,6% em 2014 e as previsões de crescimento para 2015 e 2016 eram de 7,5% e 8,1%, respetivamente. Este aumento deve-se maioritariamente aos setores da construção, transportes e comunicações. Os Indicadores Económicos Financeiros das empresas em 2012, indicavam que as Empresas de Pequena e Média dimensão (PME) representavam a maioria das entidades com fins lucrativos, cerca de 96% do total do setor empresarial Moçambicano, (Instituto Nacional de Estatística, 2012).

## **1.2 Enquadramento do normativo em Moçambique**

A normalização contabilística, e todos os documentos que regem os órgãos



governamentais, têm muita influência do país colonizador – Portugal. Em termos de normalização contabilística, o país teve o seu primeiro Plano Geral de Contabilidade (PGC) em 1984, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 13/84 de Dezembro. Este era de aplicação obrigatória para todas as empresas Moçambicanas, exceto para as empresas do Setor Bancário e Seguradoras que detinham um normativo próprio. Para além do PGC, existem outras legislações complementares, nomeadamente: a legislação fiscal, o código comercial, os códigos tributários e os diplomas ministeriais. O crescimento da economia e a conjuntura política do país criaram a necessidade de revisão do PGC. Assim, em 2006 foi aprovado um novo PGC, que entrou em vigor em 01 de Janeiro de 2007.

O crescimento económico do país, associado ao potencial de recursos minerais que o país dispõe, atraiu o investimento externo e aumentou a necessidade de adoção do normativo internacional. O Decreto nº 70/2009 aprovou um novo Sistema de Contabilidade para o Setor Empresarial designado por (SCE), baseado nas normas internacionais de relato financeiro. O SCE inclui dois planos de contas: o Plano Geral de Contas – Normas Internacionais Relato Financeiro (PGC-NIRF), aplicável às empresas de grande e média dimensão, desde 1 de Janeiro de 2010, e o Plano Geral Contas-Pequenas Empresas (PGC-PE), para as pequenas empresas, desde 1 de Janeiro de 2011.

Os requisitos da adoção do PGC-NIRF em Moçambique foram no âmbito da aplicação obrigatória para as empresas públicas ou empresas de capitais maioritariamente públicos, sociedades com títulos cotados em bolsas de valores e sociedades comerciais que ultrapassem, com base nas suas Demonstrações Financeiras anuais individuais, um dos seguintes limites:

	Empresas de grande dimensão	Empresas de média dimensão	Observação
Total de proveitos e ganhos	≥1,275	≥500 <1,275	Metical
Ativo líquido	≥1,275	≥500 e <1,275	Metical
Média anual de trabalhadores	≥500	≥250 e <500	Metical

Tabela 1- Classificação das empresas que integram o grupo das PGC-NIRF

Elaboração a partir do decreto nº 70/ 2009

## 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Harmonização Contabilística

A informação sobre a harmonização contabilística e as práticas contabilísticas em Moçambique é praticamente inexistente. A contabilidade em Moçambique é efetuada com base no PGC para as Pequenas Empresas, e o PGC-NIRF para as Grandes e Médias Empresas, e complementada pela legislação governamental, denotando-se uma forte

influência da fiscalidade sobre a contabilidade.

Vários estudos abordam as causas da diversidade de práticas contabilísticas no âmbito da normalização contabilística em diferentes países. Segundo Nobes & Parker (2008), uma das causas da diversidade contabilística é o efeito do imperialismo, pois a contabilidade de muitos países africanos ou asiáticos são fortemente influenciados por outras, principalmente as dos antigos colonizadores.

Segundo os mesmos autores, os sistemas contabilísticos podem agrupar-se em dois grupos: o primeiro é o Sistema Anglo-saxónico usado sobretudo por países com influência inglesa, como Estados Unidos, Irlanda, Índia e Austrália, baseado no direito inglês, onde a profissão do contabilista é antiga, de grande dimensão e forte, e o mercado de capitais é grande. A contabilidade está orientada para o investidor, para uma imagem verdadeira e apropriada, existe muita divulgação, existe a separação entre as regras contabilísticas e as fiscais predominando os *standards* profissionais e a substância sob a forma. O segundo é o Sistema Continental, baseado no direito romano, sendo que a profissão do contabilista é recente, de pequena dimensão e fraca, e os mercados de capitais são pequenos. A contabilidade está orientada para o credor e para a forma legal, existe pouca divulgação, a fiscalidade domina as regras contabilísticas, predominando as disposições governamentais e a forma sob a substância.

Os países de língua oficial Portuguesa nomeadamente, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe apresentam um sistema de contabilidade orientado para a fiscalidade, pois, a informação relativa às práticas contabilísticas, os decretos e legislações complementares, são de carácter governamental (Santos 2006).

De acordo com Niyama (2005), as causas da diversidade contabilística estão associadas à estrutura legal dos países, podendo estas últimas ser classificadas como, *common law* ou *code-law*. O primeiro é influente em países como a Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Austrália e Nova Zelândia, onde o nível de exigências sobre o detalhe das normas não é obrigatório, facilitando a possibilidade de maior gestão de resultados. O segundo, *code law*, é influente em países como Alemanha, França e Japão, onde o nível de exigência sobre o detalhe das normas é maior o que não favorece a maior flexibilidade na preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Emeni (2004) estuda o Investimento Direto Estrangeiro e a adoção das IFRS em 46 países da África, e afirma que a harmonização contabilística a nível mundial das informações financeiras e relatórios financeiros, relatadas através das IFRS, é uma resposta da contabilidade sobre a integração dos mercados de capitais.

Contrariamente, Murphy (2000) estuda o impacto do uso das IFRS sobre a harmonização das práticas contabilísticas, e conclui que existe pouca evidência de que a adoção das IFRS seja o principal fator para o aumento do nível de harmonização. Segundo Carlson (1997), os métodos utilizados para alcançar a harmonização variam em

forma e eficácia. A União Europeia, por exemplo, tem um grupo de peritos representantes da contabilidade dos países membros que reportam a um órgão legislativo, que tem a capacidade de impor normas através do Tribunal de Justiça Europeu.

### *2.1.1 Vantagens da Harmonização Contabilística*

O processo da harmonização contabilística tem como o objetivo a normalização das práticas contabilísticas de diferentes países de modo que as suas demonstrações financeiras sejam passíveis de comparação. Os benefícios da implementação das IFRS incluem a harmonização de práticas contabilísticas entre os países que as adotam, que por sua vez levam a maior comparabilidade, a menores custos de transação e maior investimento internacional, (Iatridis 2008).

Navarro-García & Bastida (2010) argumentam que para vários países as IFRS são vistas como sendo de alta qualidade para o processo de tomada de decisão e a sua adoção tem vindo a melhorar a qualidade da informação contabilística. Iatridis (2008) afirma que a adoção das IFRS tende a fornecer aos credores informação credível relativa à qualidade da preparação de contas das empresas e à capacidade de pagamento de dívidas.

Madawaki (2012) estuda a adoção das IFRS em países em desenvolvimento concretamente na Nigéria, e refere os potenciais benefícios da adoção das IFRS.

- A promoção da compilação de dados significativos sobre o desempenho das várias entidades que fazem o relato financeiro a partir do nível público e privado na Nigéria, facilitando a comparabilidade, a transparência, a eficiência e confiabilidade dos relatórios financeiros neste país.
- A garantia de decisões úteis e significativas em carteiras de investimentos; os investidores podem comparar os resultados das empresas e tomar decisões de investimento, bem como a atração de investimento estrangeiro direto.
- A garantia de um acesso mais fácil ao capital externo para as empresas locais.
- A redução do custo ao fazer negócios através das fronteiras.
- A facilidade da consolidação de informações financeiras da mesma empresa com escritórios em países diferentes.
- A fácil regulação da informação contabilística.
- A melhor qualidade da informação financeira para os acionistas e autoridades de supervisão.
- A facilidade de acesso aos passivos fiscais das empresas multinacionais, por parte do governo.

### *2.1.2 Obstáculos da Harmonização Contabilística*

Nobes (2011) argumenta que as práticas contabilísticas são propensas a influências

nacionais profundamente enraizadas e de longa duração, e como tal, são resistentes mesmo às tentativas prolongadas de harmonização internacional. Hung & Subramanyam (2007) estudam a adoção das IFRS na Alemanha, e concluem que apesar do grande impacto das IFRS nas demonstrações financeiras, as normas de contabilidade por si só não têm um impacto significativo sobre a relevância do valor e periodicidade das informações das demonstrações financeiras.

Também Ball et al. (2003) concluem que a qualidade da informação financeira é uma função endógena do mercado, e de influências políticas que são específicas de cada país. E realçam que a qualidade dos relatórios financeiros é um conceito elusivo, tendo em vista a diversidade do uso da informação contabilística. Chaney et al. (2011) argumentam que a qualidade da informação contabilística relatada por empresas que possuem ligações políticas é regularmente baixa relativamente às empresas que não apresentam estas ligações.

Carlson (1997) estuda o avanço da harmonização das normas internacionais de contabilidade, e argumenta que o nacionalismo pode ser um grande impedimento para a mobilização da harmonização. Os governos podem visualizar tentativas do *International Accounting Standards Committee* (IASC) para alterar as regras contabilísticas nacionais e infrações sobre a soberania nacional. O nacionalismo pode ser um grande impedimento para a mobilização da harmonização, e as nações em desenvolvimento, e as que foram colónias de potências imperiais são particularmente sensíveis a intrusões.

Assenso – Okofo et al. (2011) estudam o desenvolvimento da contabilidade e reporte no Gana. Concluem que as práticas contabilísticas são significativamente influenciadas não só apenas pelos regulamentos institucionais, como também por fatores legais, políticos e económicos. Os autores apelam à necessidade de uma reforma das instituições que implementam as normas contabilísticas e à revisão das leis das empresas, para que as políticas contabilísticas e práticas de divulgação melhorem, pois as normas por si só não são eficazes.

Madawaki (2012) afirma que os desafios práticos que podem surgir com a adoção das IFRS na Nigéria devem ser identificados. Através de estudos já realizados, o autor menciona a questão do potencial défice do conhecimento, o efeito do sistema legal, o efeito do sistema de imposto, a educação e formação, a execução e o cumprimento do mecanismo como os principais obstáculos.

## **2.2 Impacto da adoção das IFRS em diferentes países**

Vários autores têm vindo a estudar a implementação das IFRS e o seu impacto na qualidade da informação contabilística, no entanto são escassos os que analisam países do continente africano. Navarro – García & Bastida (2010) concluem que existem grandes diferenças na forma de relato, mesmo quando se trata de países que tenham o mesmo sistema jurídico-legal. Ames (2013), no seu estudo sobre a adoção das IFRS e a qualidade

contabilística no caso da África do Sul, constatou que a adoção das normas contabilísticas varia de acordo com as características de cada país, no que diz respeito a aspetos legais, culturais, económicos e políticos. O mesmo conclui que as IFRS não melhoraram a qualidade de todas as componentes do relato financeiro.

Num estudo sobre fatores que influenciam a adoção das IFRS por países africanos, Stainbank (2016) sugere que os fatores como o crescimento económico, o nível de educação, a abertura económica externa, a cultura e o tamanho do mercado de capitais podem influenciar no impacto da adoção das IFRS. Num estudo sobre a relevância e a observância das IFRS nos países em desenvolvimento, no caso do Zimbábue, Chamisa (2000) conclui que a relevância das normas nos países em desenvolvimento depende do ambiente específico em que as normas devem ser aplicadas, e que em grande parte as IFRS são irrelevantes no caso dos países em desenvolvimento comunista, onde o setor público domina a economia e aonde não existem mercados de capitais. O mesmo autor refere que quando os países em desenvolvimento adotam as IFRS como normas nacionais, o objetivo principal não é o de alcançar a harmonização internacional de contabilidade, mas sim satisfazer a necessidade de ter normas de contabilidade e de informações adequadas.

Segundo Alp & Ustundag (2009), a necessidade da adoção das IFRS na Turquia, foi criada por motivos idênticos aos dos países em desenvolvimento que as adotam, e pelo facto de ser um mercado emergente. No entanto com a internacionalização dos mercados de capitais e o aumento do volume de investimentos internacionais, foi necessário que as empresas na Turquia adotassem as IFRS, de forma a proporcionar uma informação financeira de alta qualidade.

### **2.3 Indicadores Económicos Financeiros**

Para o estudo foram definidos 9 indicadores económicos financeiros classificados em rácios de estrutura financeira: Autonomia Financeira, Solvabilidade, Endividamento e *Debt-to-Equity*; rácios de liquidez: Liquidez Geral e Liquidez Reduzida e os rácios de rentabilidade: Rentabilidade Líquida das Vendas, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Capital Próprio. Os rácios ou indicadores são instrumentos de apoio à gestão, para sintetizar uma quantidade abundante de dados, de modo a estabelecer a relação das contas, agrupamentos das contas do balanço e da demonstração de resultados. O uso de rácios é uma técnica eficiente para detetar os resultados da análise financeira, e importante para os investidores, porque facilita a comparação do desempenho e da estrutura financeira ao longo do tempo (Neves, 2012).

### **2.4 O Impacto da adoção das IFRS nos Indicadores Económicos Financeiros**

Vários autores realizaram estudos sobre as consequências da adoção das IFRS não só nas principais rubricas das Demonstrações Financeiras, mas também nos Indicadores Económicos-financeiros.

Lantto & Sahlstrom (2009) realizaram um estudo sobre o impacto da adoção das IFRS nos rácios financeiros das empresas Finlandesas. O resultado indica que com a adoção das normas internacionais há mudanças significativas em alguns rácios e em outros não. Para o efeito foi analisada a Margem do Lucro Operacional (OPM), a Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) e a Rendibilidade dos Capitais Investidos (ROIC). A alavancagem financeira foi avaliada através do rácio da Liquidez Geral (LG), Liquidez Reduzida (LR) e o rácio de mercado foi analisado através do *Price-to-earnings* (PER). Os resultados do estudo indicam que a adoção das IFRS alterou a magnitude dos principais rácios contabilísticos das empresas Finlandesas, de uma forma considerável; observou-se uma diminuio de 11% no PER e uma diminuio ligeira no Capital Próprio. Assim, após a conversão das DFS para as IFRS, constatou-se que apenas a Liquidez Geral não se alterou de forma significativa, e que houve um aumento nos rácios de rendibilidade entre 9 e 19%. O aumento dos rácios de rendibilidade e a reduo do PER, são explicadas pelo aumento dos rendimentos, e a diminuio do Capital Próprio,  explicada pela alterao no rácio de alavancagem financeira, e a reduo da LR  explicada sobretudo pelo aumento do Passivo Circulante.

Num estudo sobre o impacto da adoção das IFRS nos relatórios financeiros das empresas em Portugal, Cordeiro et al. (2007) concluíram que todas as rubricas do Balanço e da Demonstro de Resultado registaram variaoes significativas. Observou-se um aumento no valor Total dos Ativos, do Capital, do Passivo e do Resultado Líquido em 1,5%; 3,2%; 3,4% e 14,7%, respetivamente. O impacto mais significativo verificou-se no Resultado Líquido, nos ajustamentos para imobilizaoes financeiras e na dvida. Victor (2010) estudou o impacto da adoção das IFRS nos Indicadores Econmicos- Financeiros nas empresas Cotadas na *Euronext* Lisboa e concluiu que os resultados do estudo sugerem que com a adoção das IFRS houve um impacto positivo estatisticamente significativo, nos rácios de Liquidez Reduzida, Rendibilidade Líquida das Vendas, Rendibilidade do Ativo, Rendibilidade do Capital Próprio.

### 3 | METODOLOGIA DE PESQUISA

De acordo com o Boletim da República, I Série- Número 50, através do Decreto não 70/2009 de 22 de Dezembro, que aprova o Sistema de Contabilidade para o Setor Empresarial baseado nas IFRS. As empresas têm por obrigao apresentar as suas Demonstraoes Financeiras, de acordo com o normativo internacional para empresas de mdia e grande dimensão a partir de 2010. Desta forma, em 2009 as empresas tiveram que apresentar as Demonstraoes Financeiras de acordo com o normativo nacional e internacional, possibilitando a análise do impacto da adoção das normas internacionais.

### 3.1 Amostra, recolha e tratamento dos dados

Com base a Revista da KPMG (2011), do ranking das 100 maiores empresas de Moçambique, foi possível identificar as empresas para o estudo, e efectuar a pesquisa no *website* das empresas, de modo a obter os relatórios de conta anual, referente ao período de 2009 e 2010.

Conforme o Decreto nº 70/2009 de 22 de Dezembro, que aprova o Sistema de Contabilidade para o Setor Empresarial baseado nas IFRS, foram verificadas as empresas que adotaram as IFRS. Assim, de forma que as informações fossem comparáveis, foi definido que para o estudo seriam utilizadas as DFS individuais das empresas, pelo facto de se ter constado que as empresas nacionais, aquelas em que foi possível aceder ao respetivo *website*, apresentavam nos seus relatórios financeiros, as contas individuais.

O estudo tem como amostra as empresas de média e grande dimensão em Moçambique que adotaram as NIRFS no período de 2010. Para o efeito, foi possível obter as informações das DFS relativas a 31 empresas que operam no mercado Moçambicano. Assim, foram excluídas da amostra 23 empresas, devido ao facto de algumas não terem disponível a informação relativa ao período de estudo, informação indisponível no *site* das empresas; outras pelo período de adoção ter sido em 2013; outras por apenas terem disponíveis as demonstrações financeiras consolidadas. Outros casos estão relacionados ao fato de já terem adotado as IFRS antes de 2010 e ainda um caso por se tratar de uma empresa do setor de seguros. Como tal, não se ajustam ao estudo em causa, mantendo-se assim a amostra com um total de 8 empresas.

O estudo centra-se na análise das Demonstrações Financeiras das empresas Moçambicanas, pelo que foi necessário proceder à recolha dos relatórios de contas nos *Web sites* das empresas para o mesmo período antes da alteração, no normativo PGC, e para as normas internacionais (IFRS) referentes a 31 de Dezembro de 2009.

### 3.2 Rubricas das Demonstrações Financeiras

Depois da recolha de dados das DFS, realizou-se a organização e formatação dos dados, de modo a ficarem padronizados, e apresentados de acordo com o normativo internacional (IFRS).

### 3.3 Testes estatísticos

De acordo com o primeiro objetivo do estudo, pretende-se analisar as alterações ocorridas com a transição do normativo nacional, o PGC, para o normativo internacional, as IFRS, nas rubricas do Balanço, Demonstrações de Resultados e nos Indicadores Económico-Financeiros. Numa primeira fase, serão analisadas as estatísticas descritivas de acordo aos dois normativos. De seguida, a fim de estudar o impacto das alterações, serão efectuados testes estatísticos, no programa SPSS, concretamente, testes de hipóteses à igualdade de médias. Para o efeito, serão aplicados os testes de aderência à distribuição

normal das variáveis<sup>1</sup>, e o teste de aderência à normalidade Kolmogorov-Smirnov, com correção de Lilliefors, e o teste de Shapiro-Wilk.

Às variáveis cujos resultados sugerem que seguem uma lei normal, serão aplicados os testes paramétricos (Teste t-Student), com a finalidade de testar a igualdade de médias entre duas amostras emparelhadas, como também, testes de igualdades de medianas (Teste de Wilcoxon e de Sinal). Para as variáveis que apresentarem resultados que não seguem uma lei normal, será aplicado o Teste de Wilcoxon para uma mediana populacional, um teste não paramétrico a usar quando se deseja comparar a medida de tendência central da população sob estudo, com um determinado valor teórico (Marôco, 2014).

Para a utilização do Teste t-Student é necessário que haja correlação entre os dois grupos (Prestana & Gageiro, 2000). Presume-se que as amostras são emparelhadas pelo facto de se estudarem as mesmas variáveis com normativos diferentes, antes e depois da adoção das IFRS para as mesmas empresas. Assim, se o resultado sugerir que se aceita a hipótese nula, conclui-se que não existem diferenças estatisticamente significativas nas variáveis; se a hipótese nula for rejeitada, sugere-se que as médias das rubricas segundo o PGC e as IFRS diferem, sugerindo que a alteração do normativo teve um impacto significativo nas variáveis.

## 4 | RESULTADOS

### 4.1 Estatística descritiva

Para a análise das estatísticas descritivas das rubricas agregadas do Balanço e da Demonstração de Resultados, de acordo com o normativo nacional e internacional, será feita uma análise referente à transição do normativo. As análises descritivas das rubricas das DFS e dos rácios económicos financeiros respetivamente.

Os resultados demonstram que se registou uma maior variação, nas seguintes rubricas do Balanço: Ativo Intangível registou uma variação de 36,27%, Ativo Financeiros Disponíveis para Venda de 375%, Ativo por Imposto Diferido de 87,34%, Caixa e Equivalentes de 20,89%, Empréstimos de 2,94%, Outros Credores 16,28%, Outros Passivos Correntes 419,31%. Em todas as rubricas registou-se um aumento significativo com a adoção das IFRS exceto: o Investimento que apresenta uma diminuição de 4,61%, o Resultado Líquido diminui em 44,29%, Outros Passivos não Correntes em 27,25%, Passivo por Imposto Diferido de 31,69%. Nas rubricas da Demonstração de Resultado, o Resultado Operacional registou-se um aumento de 6,37% ao inverso do Resultado Líquido que diminui em 38,61%.

---

<sup>1</sup> Entende-se por variáveis as rubricas do Balanço, da Demonstração de Resultados e os indicadores económico-financeiros



#### 4.1.1 Análise da transição de PGC para as IFRS nas rubricas agregadas das DFS

Na tabela 2 são apresentados as estatísticas descritivas das rubricas agrupadas das DFS em ambos os normativos.

##### Estáticas descritivas das rubricas agregadas do Balanço e DR de acordo com o normativo PGC

Rúbricas	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimum	Maximum	Skewness	Kurtosis
T.Ativ.N.Cor	1 684 314 809	682 203 350	2 199 203 837	21 903 650	5 707 017 079	1.2899	0.1603
T.Ativ.Cor	2 266 846 523	739 786 108	3 395 353 279	541 282	9 778 048 323	1.8846	3.5928
T. Ativo	3 951 161 332	1 421 989 457	4 739 183 628	26 420 535	11 512 314 791	0.7386	- 1.5562
T.Cap.Pró	1 332 176 241	271 532 864	1 759 060 415	- 277 640 067	3 534 097 568	0.5991	- 2.2054
T.Pas.NCor	1 007 168 980	569 184 976	1 312 411 634	1 911 662	3 601 296 453	1.4031	1.0873
T.Pas.Cor	1 595 547 354	701 318 927	1 926 968 151	270 680	4 376 920 769	0.7774	- 1.3725
Total Pass	2 602 716 333	1 270 503 902	3 051 901 077	2 182 342	7 978 217 223	0.8778	- 0.7227
T.Pas.C.Próp	3 934 892 575	1 356 966 467	4 751 082 959	26 420 535	11 512 314 791	0.7403	- 1.5616
RO	334 152 520	87 646 052	651 027 505	- 89 079 443	1 876 648 004	2.4032	6.0408
R.L	171 477 467	11 041 005	469 118 577	- 108 644 357	1 324 625 079	2.7505	7.6844

##### Estáticas descritivas das rubricas agregadas do Balanço e DR de acordo com o normativo IFRS

Rúbricas	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimum	Maximum	Skewness	Kurtosis
T.Ativ.N.Cor	1 949 440 067	1 167 060 792	2 496 515 679	21 903 650	7 069 557 335	1.4914	1.7383
T.Ativ.Cor	2 282 207 786	768 072 247	3 421 187 810	3 172 213	9 889 731 756	1.9097	3.7549
T. Ativo	4 231 654 785	2 015 275 158	4 830 538 823	26 357 779	11 619 377 258	0.6751	- 1.6618
T.Cap.Pró	1 397 943 244	407 697 283	1 795 864 281	44 117 497	4 511 335 526	1.0522	- 0.5891
T.Pas.NCor	876 671 730	648 540 402	973 105 987	2 228 551	2 635 178 341	0.8730	- 0.2758
T.Pas.Cor	1 959 881 571	842 688 579	2 566 979 731	307 264	7 018 790 890	1.3041	0.9209
Total Pass	2 836 553 301	1 607 577 876	3 169 106 520	2 535 814	7 999 137 750	0.7019	- 1.3066
T.Pas.C.Próp	4 231 662 625	2 015 275 158	4 830 531 024	26 420 535	11 619 377 258	0.6751	- 1.6618
RO	355 469 007	13 018 918	880 911 899	- 71 485 691	2 523 871 920	2.7688	7.7415
R.L	105 278 318	- 16 582 796	551 707 111	- 344 416 278	1 438 272 564	2.5501	6.9581

Legenda: T. Ativ. N. Cor- Total do Ativo não Corrente; T. Ativ. Cor- Total do Ativo Corrente; T. Ativo- Total do Ativo; T.Cap. Próp-Total do Capital Próprio; T. Pas. N. Cor- Total do Passivo não Corrente; T. Pas. Cor- Total do Passivo Corrente; Total Pass-Total do Passivo; RO-Resultado Operacional; R.L-Resultado Líquido.

Tabela 2- Estatísticas Descritivas das rubricas agregadas do Balanço e DR

Na análise da estatística descritiva das rubricas agregadas do Balanço e da Demonstração de Resultados da amostra das empresas, de acordo com o normativo PGC e as IFRS, nota-se que o ativo quando calculado com as IFRS apresenta uma subida de 7,08% face ao PGC. No entanto, a estrutura do Ativo, Corrente e não Corrente, mantém-se a mesma. O Total do Capital Próprio apresenta um ligeiro aumento, passando de 1.332 Milhões de Meticais para 1.397 Milhões de Meticais, apresentando uma subida de 4,87%. O Total do Passivo apresenta em média um valor de 2.602 Milhões de Meticais e 2.836 Milhões de Meticais, segundo o PGC e as IFRS, respectivamente, atingindo um crescimento de 8,99%. Em termos de resultados, verifica-se que enquanto o Resultado Operacional registou um acréscimo de 6,37%, o Resultado Líquido sofreu um decréscimo de 37,3%.

Verificamos portanto, que as rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados

apresentam um coeficiente de assimetria superior a 0 (zero) em ambos os normativos, ou seja, a assimetria é positiva e não segue uma distribuição normal.

#### 4.1.2 Comparação dos Indicadores Económicos- Financeiros calculados de acordo com o PGC para as IFRS nas rubricas DFS

A tabela 3 tem os dados referentes às amostras das empresas em ambos os normativos.

**Estáticas descritivas das rubricas agregadas do Balanço e DR de acordo com o normativo PGC**

Rúbricas	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimum	Maximum	Skewness	Kurtosis
T.Ativ.N.Cor	1 684 314 809	682 203 350	2 199 203 837	21 903 650	5 707 017 079	1.2899	0.1603
T.Ativ.Cor	2 266 846 523	739 786 108	3 395 353 279	541 282	9 778 048 323	1.8846	3.5928
T. Ativo	3 951 161 332	1 421 989 457	4 739 183 628	26 420 535	11 512 314 791	0.7386	- 1.5562
T.Cap.Pró	1 332 176 241	271 532 864	1 759 060 415	- 277 640 067	3 534 097 568	0.5991	- 2.2054
T.Pas.NCor	1 007 168 980	569 184 976	1 312 411 634	1 911 662	3 601 296 453	1.4031	1.0873
T.Pas.Cor	1 595 547 354	701 318 927	1 926 968 151	270 680	4 376 920 769	0.7774	- 1.3725
Total Pass	2 602 716 333	1 270 503 902	3 051 901 077	2 182 342	7 978 217 223	0.8778	- 0.7227
T.Pas.C.Próp	3 934 892 575	1 356 966 467	4 751 082 959	26 420 535	11 512 314 791	0.7403	- 1.5616
RO	334 152 520	87 646 052	651 027 505	- 89 079 443	1 876 648 004	2.4032	6.0408
R.L	171 477 467	11 041 005	469 118 577	- 108 644 357	1 324 625 079	2.7505	7.6844

**Estáticas descritivas das rubricas agregadas do Balanço e DR de acordo com o normativo IFRS**

Rúbricas	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimum	Maximum	Skewness	Kurtosis
T.Ativ.N.Cor	1 949 440 067	1 167 060 792	2 496 515 679	21 903 650	7 069 557 335	1.4914	1.7383
T.Ativ.Cor	2 282 207 786	768 072 247	3 421 187 810	3 172 213	9 889 731 756	1.9097	3.7549
T. Ativo	4 231 654 785	2 015 275 158	4 830 538 823	26 357 779	11 619 377 258	0.6751	- 1.6618
T.Cap.Pró	1 397 943 244	407 697 283	1 795 864 281	44 117 497	4 511 335 526	1.0522	- 0.5891
T.Pas.NCor	876 671 730	648 540 402	973 105 987	2 228 551	2 635 178 341	0.8730	- 0.2758
T.Pas.Cor	1 959 881 571	842 688 579	2 566 979 731	307 264	7 018 790 890	1.3041	0.9209
Total Pass	2 836 553 301	1 607 577 876	3 169 106 520	2 535 814	7 999 137 750	0.7019	- 1.3066
T.Pas.C.Próp	4 231 662 625	2 015 275 158	4 830 531 024	26 420 535	11 619 377 258	0.6751	- 1.6618
RO	355 469 007	13 018 918	880 911 899	- 71 485 691	2 523 871 920	2.7688	7.7415
R.L	105 278 318	- 16 582 796	551 707 111	- 344 416 278	1 438 272 564	2.5501	6.9581

Legenda: T. Ativ. N. Cor- Total do Ativo não Corrente; T. Ativ. Cor- Total do Ativo Corrente; T. Ativo- Total do Ativo; T.Cap. Próp-Total do Capital Próprio; T. Pas. N. Cor- Total do Passivo não Corrente; T. Pas. Cor- Total do Passivo Corrente; Total Pass-Total do Passivo; RO-Resultado Operacional; R.L-Resultado Líquido.

Tabela 3- Estatísticas Descritivas dos Indicadores Económicos Financeiros (Valores em milhares de meticais)

Podemos constatar que em média, e segundo o normativo atual, as empresas da amostra tem uma Autonomia Financeira na ordem dos 47%, uma Rendibilidade das Vendas de 1,05%, Rendibilidade do Ativo de 3,7% e do Capital Próprio de 1,5%. Com a transição para o novo normativo, verificou-se um acréscimo nos rácios de Liquidez Geral, Liquidez Reduzida e Rendibilidade Líquida das Vendas, e um decréscimo nos rácios de Rendibilidade do Ativo e a Rendibilidade dos Capitais Próprios. Concluímos, que em ambos

os normativos os rácios de Autonomia Financeira, o Endividamento<sup>2</sup>, o ROA e o ROE<sup>3</sup>, apresentam um coeficiente de assimetria próximo do zero em ambos os normativos, ou seja, seguem uma distribuição normal.

## 4.2 Resultados dos testes estatísticos

### 4.2.1 Teste Kolmogorov – Smirnov

Os resultados do teste de aderência à normalidade, demonstram que as rubricas de Balanço e da Demonstração de Resultados, não seguem uma distribuição normal exceto: o Ativo Fixo Tangível, o Investimento, o Total do Ativo Corrente, os Empréstimos, o Total do Passivo Corrente, o Total do Passivo e o Total dos Proveitos Operacionais. Assim, serão aplicados o Teste de Wilcoxon (*signed ranks*) e o Teste do Sinal, de forma a estudar as diferenças causadas pela transição do PGC para as IFRS. Relativamente aos rácios financeiros, os testes revelam que os rácios de Autonomia Financeira, o Endividamento, o *Debt-to-Equity*, a Rendibilidade do Ativo e a Rendibilidade Operacional dos Capitais Próprios, seguem uma distribuição normal.

### 4.2.2 Teste T -Student

A tabela 4 apresenta os resultados referentes ao Teste T- de igualdades de médias aplicadas as rubricas que seguem uma lei normal. Os resultados indicam que se aceita a hipótese nula, e conclui-se que com a alteração do normativo PGC para as IFRS, não há diferenças estatisticamente significativas, para um nível de significância de 5%.

Descrição	t	df	Sig
Ativo Fixo Tangente	0,005	7	0,996
Investimento	0,501	7	0,631
Total Ativo Corrente	0,598	7	0,568
Empréstimo	1,295	7	0,236
Total Passivo Corrente	1,115	7	0,302
Total Passivo	2,175	7	0,066
Total Prov. Operac.	1,116	7	0,301
AF	0,413	7	0,692
End	0,251	7	0,809
D/E	1,703	7	0,132
ROA	0,218	7	0,834

<sup>2</sup> Apesar de ser o inverso da Solvabilidade, achamos á mesma constar no estudo

<sup>3</sup> Foi excluído no cálculo do ROE de uma das amostras, por apresentar no Balanço, o valor do Capital Próprio negativo de acordo com o PGC.

ROE	0,983	6	0,364
-----	-------	---	-------

Legenda: Total Prov. Operac.- Total de Proveitos Operacionais; AF-Autonomia Financeira; End.- Endividamento; D/E- *Debt-to-Equity*; Rendibilidade Líquida das Vendas; ROA-Rendibilidade do Ativo; ROE-Rendibilidade do Capital Próprio.

Tabela 4- Resultado do Teste T- Igualdade das médias

#### 4.2.3 Teste de Wilcoxon (*Signed ranks*)

Os resultados apresentados na tabela 5, sugerem que não existem diferenças estatisticamente significativas nas rubricas agregadas das DFS: o Total do Ativo não Corrente, o Total do Ativo, o Total do Capital Próprio, o Total do Passivo não corrente, o Total do Passivo e Capital Próprio, o Resultado Operacional, o Resultado Líquido e nos índices financeiros: a Solvabilidade, a Liquidez Geral, a Liquidez Reduzida e a Rendibilidade Líquida das Vendas, o que implica dizer que se aceita a hipótese nula.

Rubricas	Frequências	
	Estatística Z	Sig exacta (2 extremidade)
T.Ativ.N.Corr	-,000 b	1,000
T.Ativo	-,980 b	0,383
T.Cap. Próp	-,280 b	0,844
T.Pass.N.Corr	-1,014 b	0,375
T.Pass.C.Próp	-1,014 b	0,375
RO	-,169 b	0,938
R.L	-,845 b	0,469
Solv.	-,980 b	0,383
L.G	-,420 b	0,742
L.R	-,420 b	0,742
RLV	-,840 b	0,461

Teste de classificações assinadas por Wilcoxon

Com base em pontos positivos

Legenda: T. Ativ. N. Cor- Total do Ativo não Corrente; T. Ativo- Total do Ativo; T.Cap. Próp-Total do Capital Próprio; T. Pas. N. Cor- Total do Passivo não Corrente; Total Pass. C. Próp-Total do Passivo; RO-Resultado Operacional; R.L-Resultado Líquido; Solv.- Solvabilidade; LG- Liquidez geral; LR- Liquidez Reduzida; RLV- Rendibilidade Líquida das Vendas;

Tabela 5- Resultado do Teste de Wilcoxon das rubricas agregadas da DFS e os rácios financeiros

#### 4.2.4 Teste de Sinal

Os resultados apresentados na tabela 6 mostram o número de frequências de diferenças negativas, positivas, e os vínculos das rubricas do Balanço e dos índices financeiros. No caso das diferenças negativas, observa-se que o valor de uma rubrica de

acordo com o normativo PGC é maior que a mesma rubrica, de acordo com o normativo das IFRS. No caso das diferenças positivas verifica-se o inverso. No entanto, quanto mais próximo o valor das diferenças negativas estiver próximo do valor das diferenças positivas, aceita-se a hipótese nula para a igualdade, em ambos os normativos. Quanto maior for o desfaseamento entre as diferenças negativas e as diferenças positivas, rejeita-se a hipótese nula; o que implica dizer que existem diferenças significativas entre o normativo nacional e internacional. Logo, conclui-se que existem diferenças significativas entre os dois normativos nas rubricas agregadas das DFS e os rácios financeiros: o Total do Ativo não Corrente, o Total do Ativo, o Total do Capital Próprio, o Total do Passivo não corrente, o Total do Passivo e Capital Próprio, o Resultado Operacional, o Resultado Líquido e nos índices financeiros: a Solvabilidade, a Liquidez Geral, a Liquidez Reduzida e a Rendibilidade Líquida das Vendas, o que implica dizer que se aceita a hipótese nula.

Rubricas	Frequências			Total	Estatísticas de teste a Sig exacta (2 extremidade)
	Diferenças Negativas a	Diferenças positivas b	Vínculos <sup>c</sup>		
T.Ativ.N.Corr	4	3	1	8	1,000 b
T.Ativo	3	5	0	8	,727 b
T.Cap. Próp	3	5	0	8	,727 b
T.Pass.N.Corr	2	5	1	8	,453 b
T.Pass.C.Próp	2	5	1	8	,453 b
RO	4	3	1	8	1,000 b
R.L	4	3	1	8	1,000 b
Solv.	5	3	0	8	,727 b
L.G	5	3	0	8	,727 b
L.R	5	3	0	8	,727 b
RLV	5	3	0	8	,727 b

Frequências: a. IFRS PGC; b. IFRS; c. IFRS=PGC

Estatísticas de teste<sup>a</sup> : a. Teste de Sinal; b. Distribuição binomial usada

Tabela 6- Resultados do Teste do Sinal, rubrica agregada das DFS e os rácios

### 4.3 Comparação dos resultados com estudos anteriores

Hung & Subramanyam (2007) no seu estudo sobre o impacto das IFRS na Alemanha identificaram 3 situações principais: 1. O Total do Ativo, o valor contabilístico dos Capitais e o Resultado Líquido, são significativamente mais elevados de acordo com o normativo internacional; 2. O resultado líquido é menos importante, na valorização de acordo com o normativo internacional do que o normativo nacional, pois não existe nenhuma evidência

a sugerir que o normativo internacional melhorou a relevância do Capital Próprio e do Resultado Líquido; 3. Os ajustes do valor do Capital Próprio são relevantes, enquanto os ajustes do valor do Resultado Líquido são irrelevantes. Ames (2013) no estudo sobre as empresas da África do Sul, argumenta que não há nenhuma diferença significativa nos rácios antes e depois das IRFS, e que a qualidade da informação contabilística permaneceu inalterada após a adoção das mesmas.

Lantto & Sahlstrom (2009) conclui que, com a adoção das IFRS os resultados indicam que os rácios de rentabilidade aumentam de 9 % a 19%, o rácio de Capital Próprio aumenta, e os rácios de Liquidez diminuem. Victor (2010) estuda o impacto da adoção das IFRS nas empresas cotadas na *Euronext* Lisboa e conclui que, com a alteração do normativo, existem diferenças significativas nas rubricas do Balanço: Ativo Intangível, Ativo por Impostos Diferidos, Caixa e Equivalentes, Resultado Líquido Consolidado, Interesses Minoritários, Outros Passivos não Correntes, Passivos por Impostos Diferidos, Total de Passivos não Correntes, Fornecedores, Empréstimos Correntes, Outros Credores e Passivo Total, e que em todas as rubricas registaram-se um aumento significativo com a adoção da IFRS, com exceção das rubricas: Ativos Intangíveis e Interesses Minoritários, em que a variação ocorre no sentido inverso. Na Demonstração de Resultado: o Resultado Operacional, quer o Resultado Líquido do Exercício, registaram um aumento significativo com a alteração do normativo, e nos rácios de Liquidez Reduzida, Rendibilidade Líquida das Vendas, Rendibilidade do Ativo, Rendibilidade do Capital Próprio.

## 5 | CONCLUSÕES

Em suma foram analisadas as DFS 8 empresas Moçambicanas. Os resultados obtidos sugerem que com a alteração do normativo existe uma variação significativa positiva na média do Capital Próprio de 4,94% e o Resultado Líquido regista uma diminuição de 38,61%. As variações que ocorreram nas rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, os resultados sugerem que se registaram diferenças significativas nas seguintes rubricas do Balanço: Ativo Fixo Intangível, Ativo Financeiros Disponíveis para Venda, Ativo por Imposto Diferido, Caixa e Equivalentes, Empréstimos, Outros Credores, Outros Passivos Correntes. Em todas as rubricas registou-se um aumento significativo com a adoção das IFRS exceto: o Investimento, o Resultado Líquido, Outros Passivos não Correntes, Passivo por Imposto Diferido. Nas rubricas da Demonstração de Resultado, o Resultado Operacional registou-se um aumento significativo ao inverso do Resultado Líquido que registou uma diminuição.

Relativamente aos Indicadores Económicos Financeiros, verifica-se que a mudança do normativo teve impacto nos rácios de Liquidez Geral, Liquidez Reduzida, Rendibilidade Líquida das Vendas e Rendibilidade dos Capitais Próprios. Este estudo teve algumas limitações relativamente aos dados disponíveis. Não foi possível obter dados para muitas empresas, o que fez com que o tamanho da amostra diminuísse significativamente. A

adoção e a divulgação da informação contabilística para as empresas em Moçambique é de carácter obrigatório, mas mesmo assim, no âmbito da recolha de informação, constatamos que são poucas as empresas que divulgam essas informações.

## 5.1 Trabalhos futuros

- Analisar o impacto da adoção das IFRS em vários países da África;
- Analisar o grau de conformidade da aplicação do novo normativo, bem como, o impacto da sua adoção na qualidade da informação relatada.

## REFERÊNCIAS

Alp, A. & Ustundag, S. (2009). Financial Reporting Transformation : The Experience of Turkey. *Critical Perspectives on Accounting*, 20, pp.680–699.

Ames, D. (2013). IFRS adoption and accounting quality : The case of South Africa. *Journal of Applied Economics and Business Research*, 3(3), pp.154 – 165.

Bolsa de Valores de Moçambique. Available at: <http://www.bvm.co.mz> [Accessed March 6, 2016].

Assenso-Okofu, Ali, M. & Ahmed, K. (2011). The Development of Accounting and Reporting in Ghana. *International Journal of Accounting*, 46(4), pp.459–480.

Ball, R., Robin, A. & Shuang, J. (2003). Incentives versus standards : properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of Accounting and Economics*, 36, pp. 235–270.

Boletim da República, I Série- Número 50, Decreto nº 70/2009 de 22 de Dezembro

Carlson, P. (1997). Advancing The Harmonisation of International Accounting Standards : Exploring an Alternative Path. *The International Journal Accounting*, 32(3), pp. 357–378.

Chamisa, E. (2000). The Relevance and Observance of the IASC Standards in Developing Countries and the Particular Case of Zimbabwe. *The International Journal of Accounting*, 35(2), pp. 267–286.

Chaney, P, Faccio, M. & Parsley, D. (2011). The quality of accounting information in politically connected firms. *Journal of Accounting and Economics*, 51 (1–2), pp. 58–76.

Chen, H. et al. (2010). The Role of International Financial Reporting Accounting Quality: Evidence from the European Union. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 21 (3), pp. 220–278.

Cordeiro, R., Silva, F. & Couto, G. (2007). Measuring the Impact of International Financial Reporting Standards ( IFRS ) in Firm Reporting : The Case of Portugal. , pp.1–22. Available at SSRN 969972.

Emeni, F. kehinde, (2004). Foreign Direct Investments and International Financial Reporting Standards Adoption in Africa. *Journal of Business Management*, 13 (3), pp. 24 - 44.

Hung, M. & Subramanyam, K.R. (2007). Financial statement effects of adopting international accounting standards : the case of Germany. *Review of accounting studies*, 12 (4), pp. 623 –657.

Iatridis, G. (2008). International Financial Reporting Standards and the Quality of Financial Statement Information; An Investigation of Earnings Management and Value Relevance. *Lecturer in Accounting and Finance, Department of Economics University of Thessaly*, pp. 88–136.

Instituto Nacional de Estatística, (2012). Indicadores Economico-financeiro das empresas. Available at: <http://www.ine.gov.mz/acesso> [Accessed March 7, 2016].

KPMG (2011). AS 100 maiores empresas em Moçambique. *Revista da KPMG XIII edição*. Available at: [www.academia.edu/](http://www.academia.edu/) [Accessed February 29, 2016].

Lantto, A.M. & Sahlström, P. (2009). Impact of IFRS Adoption on Key Financial Ratios. *Accounting & Finance*, 49 (2), pp. 341–361.

Madawaki, A. (2012). Adoption of International Financial Reporting Standards in Developing Countries : The Case of Nigéria. *International Journal of Business and management*, 7 (3), pp. 152–161.

Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS statistics 6ª Edição*, Portugal.

Murphy, A. (2000). The Impact of Adopting International Accounting Standards on the Harmonization of Accounting Practices. *The International Journal of Accounting*, 35 (4), pp. 471–493.

Navarro-García, J. & Bastida, F. (2010). An empirical insight on Spanish listed companies' perceptions of International Financial Reporting Standards. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 19(2), pp. 110–120.

Neves, J. (2012). *Análise e Relatos Financeiros-Uma Visão integrada 5th ed. T. Editores, Portugal*.

Niyama, J. (2005) *Contabilidade Internacional .Atlas, São Paulo*

Nobes, C. (2008). Accounting classification in the IFRS Era. *Australian Accounting Review*, 18 (3), pp. 191–198.

Nobes, C. (2011). IFRS Practices and the Persistence of Accounting System Classification. *Abacus*, 47 (3), pp. 267–283.

Nobes, C. & Parker, R. (2008). *Comparative International Accounting 10th ed. P. Education, England*.

Prestana, M. H. & Gageiro, N.J. (2000). *Análise de dados para Ciências Sociais A complementariedade do SPSS 2ªed. Edições, Silabo, Lisboa*.

Santos, L. L. (2006). *Contabilidade internacional- Comparação das normas contabilísticas para as empresas não financeiras nos países lusófonos*. 1ª Edição. Vida Economica-Editorial SA, ed.Porto.

Stainbank, L. J. (2014). Factors Influencing the Adoption of International Financial Reporting Standards by African. *South African Journal of Accounting Research*, 28 (1), pp. 79- 95.

Victor, R. (2010). O impacto da adopção das IAS/IFRS nos indicadores economicos financeiros das empresas cotadas na euronext Lisboa. *Tese de Mestrado no Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Economia e Gestão*.



# CAPÍTULO 3

## PERCEPÇÃO SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS CATADORES DE RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E DUQUE DE CAXIAS

*Data de aceite: 01/09/2022*

### **Isabela Yasmin das Chagas Rodrigues**

Mestranda em Engenharia Ambiental-  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro-  
UERJ Maracanã  
Rio de Janeiro  
<https://orcid.org/0000-0002-3003-5920>

### **Christiane Florinda de Cima Aires**

Mestre em Engenharia Ambiental -  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro –  
UERJ Maracanã  
Rio de Janeiro  
<https://orcid.org/0000-0001-8105-0939>

**RESUMO:** Em várias regiões do mundo, assim como no Brasil, um alto percentual da população sobrevive da catação de resíduos sólidos descartados em lixões. Parte desses trabalhadores está organizada em cooperativas adotando práticas autogestionárias, integrando o movimento de Economia Solidária que vem ganhando força desde 1990. Com o objetivo de enfatizar a importância do serviço realizado por essa classe de trabalhadores, bem como expor a situação de vulnerabilidade econômica, social e ambiental a que estão expostos o presente artigo apresenta os resultados de um estudo sobre a vida, o trabalho e as condições de saúde dos catadores de resíduos em cooperativas dos municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias, Brasil. O estudo é estruturado a partir de um processo quantitativo de coleta de dados advinda de um estudo bibliográfico do

público alvo e da aplicação de um questionário constituído por blocos de perguntas fechadas abordando questões socioeconômicas e ambientais. As amostras somaram um total de 107 questionários, coletadas nos municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias. Todas as respostas foram computadas e analisadas de forma anônima e independente. Os resultados obtidos indicam que 67,3% dos entrevistados ganham de R\$ 937,00 à R\$ 1.200,00; 53,3% dos cooperativados apresentam o ensino fundamental incompleto; 85% afirmaram não ter se ausentado do trabalho nenhuma ou uma vez nos últimos seis meses por motivos de doença e 45% consideram as atividades que exercem pouco arriscadas. De acordo com uma análise das respostas obtidas, os catadores identificaram o lixo como fonte de sobrevivência e definiram a saúde simplesmente como a capacidade de trabalhar. Assim, tendiam a negligenciar a relação entre trabalho e saúde. No entanto, os riscos e morbidade relatados evidenciaram a natureza perigosa dessa atividade, agravada pelas condições de vida e moradia. Nesse panorama, fica evidente a necessidade de investimentos em políticas públicas, bem como, de fiscalização eficiente do cumprimento das já existentes, a fim de obter condições dignas de trabalho aos catadores e conscientizar a população do real valor do serviço realizado por esses profissionais. Recomendam-se aos gestores municipais, a realização de atividades de conscientização para os riscos laborais, a necessidade da utilização dos equipamentos de proteção e ainda, aulas de educação ambiental para que os catadores de material reciclável possam se enxergar como

agentes de proteção do meio ambiente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Catadores de materiais recicláveis; Resíduos sólidos; Saúde ocupacional e Percepção de riscos.

## PERCEPTION ABOUT THE SOCIO-ENVIRONMENTAL CONDITIONS OF RECYCLABLE MATERIAL COLLECTORS IN THE MUNICIPALITIES OF RIO DE JANEIRO AND DUQUE DE CAXIAS

**ABSTRACT:** In several regions of the world, as well as in Brazil, a high percentage of the population survives from the collection of solid waste disposed in dumps. A part of this workers is organized in cooperatives adopting self-management practices, being part of the Solidarity Economy movement that has been gaining momentum since 1990. In order to emphasize the importance of the service performed by this class of workers, as well as expose the situation of economic, social and environmental vulnerability to which this article is exposed presents the results of a study on life, work and conditions of health of waste pickers in cooperatives of the municipalities of Rio de Janeiro and Duque de Caxias, Brazil. The study is structured from a quantitative process of data collection resulting from a bibliographic study of the target audience and the application of a questionnaire consisting of closed question blocks addressing socioeconomic and environmental issues. The samples totaled 107 questionnaires collected in Rio de Janeiro and Duque de Caxias. All responses were computed and analyzed anonymously and independently. The results obtained indicate that 67.3% of respondents earn from \$ 937.00 to \$ 1,200.00; 53.3% of cooperatives have incomplete elementary school; Eighty-five percent said they had not been absent from work once or once in the last six months for reasons of illness, and 45% consider their activities to be of little risk. According to an analysis of the responses obtained, waste pickers identified waste as a source of survival and defined health simply as the ability to work. Thus, they tended to neglect the relationship between work and health. However, the reported risks and morbidity highlighted the dangerous nature of this activity, aggravated by living and housing conditions. In this scenario, it is evident the need for investments in public policies, as well as efficient monitoring of compliance with existing ones, in order to obtain decent working conditions for waste pickers and make the population aware of the real value of the service performed by this class, recommends There are activities to raise awareness about occupational hazards, the need to use protective equipment and also environmental education classes so that they can see themselves as true environmental protection agents.

**KEYWORDS:** Waste pickers; Solid waste; Occupational Health and Risk Perception.

## INTRODUÇÃO

A Lei Federal 12.305/2010, que implementou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi de suma importância para o reconhecimento dos catadores que atuam, na coleta seletiva, triagem, classificação e processamento dos resíduos reaproveitáveis. Esta lei busca garantir o reconhecimento do resíduo reciclável como gerador de trabalho, renda e promotor da cidadania.

Os catadores se integram a cadeia de reciclagem como uma alternativa que desvia

dos aterros sanitários os resíduos sólidos reaproveitáveis. Ressalta-se que até 2010 grande parte dos catadores atuava em lixões e aterros controlados. Com a proibição do exercício de atividades nesses locais dada pela PNRS, surgiu a necessidade de integrá-los a cadeia de reciclagem promovendo sua inclusão social. De acordo com a PNRS, a inserção dos catadores na cadeia de reciclagem deve ocorrer prioritariamente através de cooperativas.

Pouco se discute sobre as condições de trabalho, sobretudo do ponto de vista da saúde desses profissionais, assim como as dificuldades sociais e econômicas enfrentadas por eles. Por isso, faz-se necessário a abordagem do assunto, de modo a afirmar a importância perante a sociedade da função exercida por esses trabalhadores, mas também das condições precárias de trabalho que lhes são oferecidas, demonstrando a relação direta dessa atividade com a diminuição dos impactos causados ao meio ambiente.

Historicamente marginalizados pela sociedade, esses trabalhadores demonstram admirável perseverança em vários aspectos sociais. Cotidianamente, encaram uma série de desafios como, por exemplo, manter o sustento da própria família através de uma profissão desvalorizada tanto financeiramente, quanto moralmente. Acostumados a praticar a catação de forma isolada, a associação em cooperativa e a prática da autogestão são grandes desafios.

Essa classe de trabalhadores conta com o apoio das universidades através de políticas extensionistas, um exemplo são as atividades exercidas pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Atualmente presentes nas cinco regiões do Brasil, desde 1995, ano da fundação da primeira ITCP, esse braço da extensão universitária vem apoiando e capacitando cooperativas populares entre elas as de catadores.

## **METODOLOGIA**

Para este trabalho, adotou-se uma metodologia de pesquisa descritiva e quantitativa de coleta de dados advinda de um prévio estudo bibliográfico do público alvo, onde se elaborou um estudo de caso instrumental. Buscando melhor compreensão da realidade dos processos produtivos realizados pelos profissionais de catação e de suas condições sociais, realizaram-se diversas visitas às cooperativas. A elaboração do questionário visou aprimorar percepções já conhecidas por outros estudos, porém enfatizando questões mais específicas sobre as condições socioambientais dos profissionais catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Para delimitar o universo deste estudo procedeu-se com uma pesquisa de dados com o intuito de mapear as cooperativas de catadores em atividade no estado do Rio de Janeiro. Optou-se por complementar esta primeira triagem através de trabalho de campo dada a escassez e falta de precisão das informações coletadas. O questionário elaborado foi aplicado aos gestores e cooperativados, e aborda em divididos blocos de perguntas fechadas, os seguintes temas:

Dados gerais	Dados socioeconômicos	Saúde e trabalho
Gênero	Renda	Falta por motivos de doenças
Faixa etária	Escolaridade	Motivação profissional
Estado civil	Assistência governamental	Percepção de riscos

Tabela 1: Assuntos abordados no questionário

Fonte: Os autores

Ao todo foram realizadas entrevistas em oito cooperativas, abrangendo um total de 107 questionários, coletados em 8 cooperativas distribuídas nos municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias, durante o período de setembro a novembro de 2018. Todas as respostas foram computadas e analisadas de forma anônima e independente.

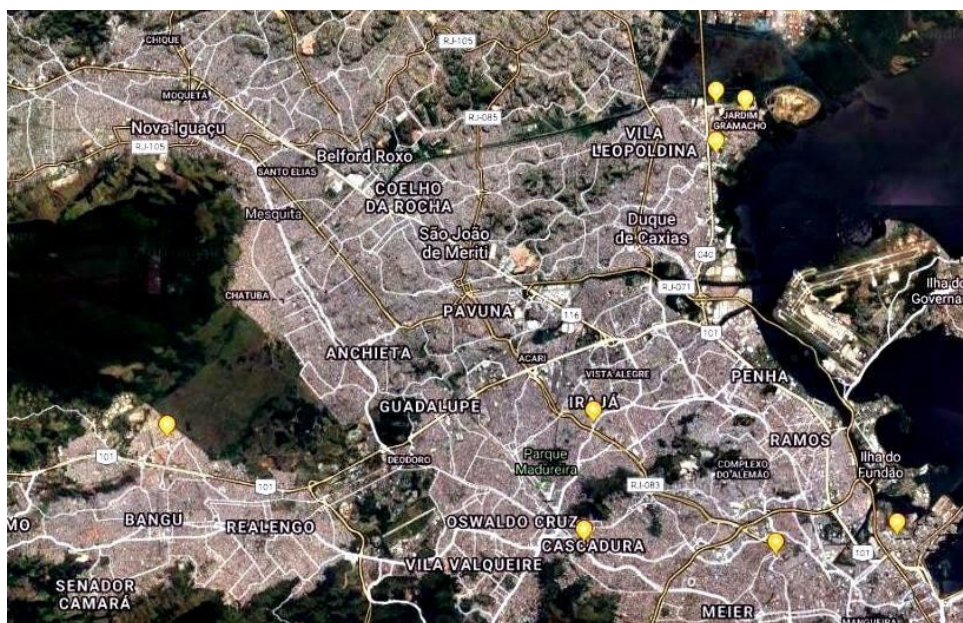


Imagem 1: Mapeamento das cooperativas visitadas

Fonte: Google Maps

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

- Dados gerais

O primeiro tema do questionário, abordado no bloco de dados gerais, pautou a questão do gênero dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. O resultado mostrou que 67% das cooperativas são compostas por mulheres. Costa e Pato (2016) esclarecem que a informalidade tem abrangido de maneira particular as mulheres, estando

esse fenômeno relacionado a implicações de gênero, que conduzem o trabalho feminino a empregos, muitas vezes precário e sub-remunerado. Isto, provavelmente, se deve ao fato de que elas constituem uma parcela majoritária da população pobre em situação de vulnerabilidade nas periferias dos centros urbanos, conformando o grupo populacional com mais dificuldade de encontrar colocação no mercado de trabalho seja devido à baixa qualificação, seja em função das responsabilidades no espaço doméstico, sobretudo as relacionadas ao cuidado dos filhos e de parentes idosos ou doentes. Apesar disso, essas atividades informais se tornaram um meio pelo qual as trabalhadoras de baixa escolaridade e excluídas do mercado encontraram para incrementar a renda familiar e adquirirem autonomia. Com isso, evidencia-se que embora a existência das condições adversas, a atividade laboral em si pode representar uma via de realização pessoal e material.

Em 2007, o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), mapeou 59% de mulheres no segmento da reciclagem. Já o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, no ano seguinte, estimou que o quadro fosse composto em 75% por elas (MNCR, 2009). Em seguida, foram questionados quanto à faixa etária dos trabalhadores, distinguindo-os pelo gênero, onde se observou que 22% das mulheres possuem entre 40 e 44 anos de idade. Já para os homens, as faixas de 25 a 29 anos, e de 30 a 34 anos, se igualaram em 23%. Vale ressaltar que a difícil empregabilidade formal para mulheres na faixa dos 40 anos, pode estar relacionada aos resultados obtidos. A figura 1 apresenta a porcentagem de trabalhadores entrevistados por gênero.

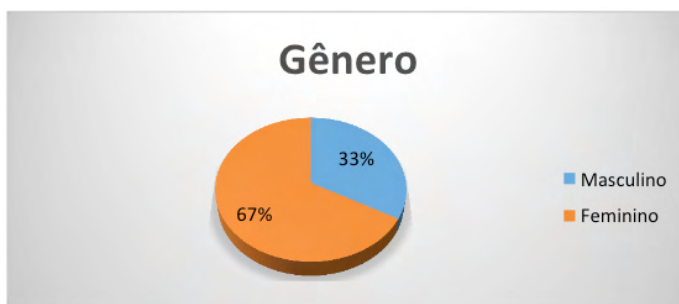


Figura 1: Gráfico de gênero dos trabalhadores entrevistados

Fonte: Os autores

Em relação ao estado civil, observa-se que a maioria dos trabalhadores entrevistados é solteiro, sendo esse índice 63% nas mulheres e 43% nos homens. Percebe-se com isso um indício de que muitas dessas mulheres sejam os arrimos da casa. A participação da mulher no sustento da família é uma realidade que vem crescendo no Brasil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, cerca de 40% das mulheres contribuem para a renda das famílias no País. O instituto mostrou também que 38,7%

dos 57,3 milhões de domicílios registrados eram comandados por mulheres. Quando se comparam este dado com os mesmos dados de 2000 nota-se um aumento percentual de 13,8% uma vez que em 2000, o registro de mulheres como principais provedoras era de apenas 24,9% (IBGE, 2008). No gráfico 2 estão representados o estado civil por gênero dos trabalhadores entrevistados.

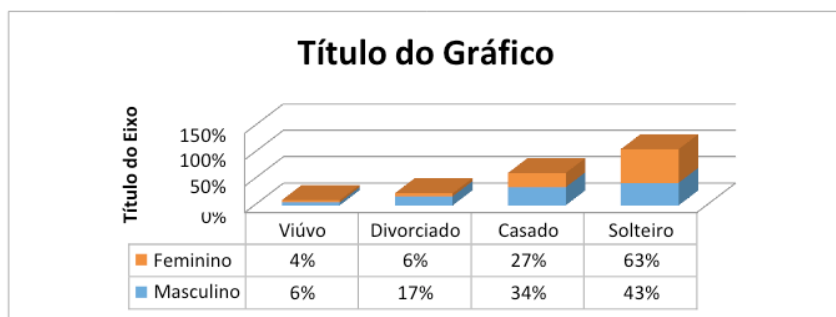


Figura 2: Gráfico de estado civil dos trabalhadores entrevistados

Fonte: Os autores

- Dados socioeconômicos

Em relação à renda dos catadores nas cooperativas, pode-se analisar pelas respostas obtidas que 67,3% ganham de R\$ 937,00 à R\$ 1.200,00. Os ganhos obtidos, segundo eles, sofrem uma grande oscilação já que dependem da quantidade e qualidade do material que recebem nas cooperativas. Nessas condições, muitos catadores afirmaram receber de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 por semana. Observou-se também que os homens conseguem obter maiores rendimentos. É um consenso entre os estudiosos de que o papel dos catadores de material reciclável é fundamental para a garantia de que a reciclagem se faça a contento, em termos ambientais e econômicos, contudo o poder público parece pouco consciente dessa realidade. A PNRS estabelece que a integração dos catadores nos sistemas de coleta seja uma diretriz nacional. Prevendo ainda sanções financeiras na forma de repasse de verbas federais aos municípios que descumpram essa determinação.

Sendo assim, para que as cooperativas de reciclagem possam, efetivamente, representar uma melhoria nas condições de vida de seus trabalhadores é necessário que as políticas públicas de manejo do lixo garantam que a coleta seja feita por eles, eliminando a ação das grandes companhias, cujos interesses em lucrar com o lixo dificultam o trabalho de reciclagem. Desde 2007 a categoria dos catadores conquistou a Lei federal 11.445 – 01/2007 (Lei de Saneamento Básico), que altera a Lei de Licitação 8666, onde foi estabelecida a permissão para que as prefeituras pudessem contratar, com dispensa de licitação, as associações e cooperativas populares de catadores (que sejam formadas

por pessoas físicas de baixa renda) para atuarem na coleta seletiva da cidade. Também em 2007, foi instituído o programa Pró-Catador e iniciou-se o Projeto Cataforte, que visa fortalecer estruturalmente as redes de cooperativas e associações para que se tornem aptas a prestar serviços de coleta seletiva para prefeituras, participar no mercado de logística reversa, além promover a comercialização e o beneficiamento de produtos recicláveis. De acordo com With (2010), a tendência à privatização somada à quase inexistência de uma tradição na realização da coleta seletiva contribui para explicar a lógica mercantil que se sobrepõe ao interesse público na gestão dos resíduos sólidos urbanos, imperativo do lucro dificulta a construção de uma gestão que leve em conta o interesse social e o custo que seria evitado com uma adequada coleta, gestão e destinação final adequada dos resíduos.

Analisando a escolaridade dos catadores, a pesquisa mostrou que 53,3% dos cooperativados possuem o ensino fundamental incompleto. Alguns catadores informaram que nunca estudaram, enquanto outros abandonaram muito cedo a escola, em sua maioria não tendo sido bem sucedidos na tentativa de retomada de seus estudos já na fase adulta por conta de dificuldades, tais como, o preconceito social e a dificuldade financeira.

A exclusão social está vinculada com o fator renda e justiça social, sendo ela marcada pelas diferenças das relações societárias fundadas na desigualdade, riqueza concentrada e poder (BOURALHI *et al*, 2011). Os catadores foram questionados se recebiam alguma assistência do governo. Nessa questão, 54,7% afirmaram receber benefício. O Bolsa Família foi o programa assistencial mais comentado. O programa Bolsa Família foi instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, sendo regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. A seleção das famílias beneficiadas pelo programa é feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004). Recebe a assistência as famílias extremamente pobres, sendo aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa. Além de terem direito também as famílias pobres, cuja renda mensal está entre 89,01 e R\$ 178,00, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. Para usufruir do Bolsa Família, as crianças e adolescentes inclusas no programa com idades entre 6 e 15 anos devem ter, no mínimo, 85% de presença nas aulas. Para jovens de 16 a 17 anos, a frequência mínima exigida é de 75% (BRASIL, 2018).

- Saúde e trabalho

Quando questionados sobre a necessidade de afastamento do trabalho por motivos de doença, 85% afirmaram não ter se ausentado nenhuma ou uma vez nos últimos seis meses. Entretanto, 67% afirmaram sofrer de algum tipo de doença. Os primeiros resultados relacionados à saúde apontam um descuido da parte dos catadores, visto que apesar de precisarem de tratamentos e cuidados médicos, preferem ignorar o que sentem a faltarem o trabalho, uma vez que recebem por produção e faltar comprometeria o orçamento do mês. Segundo Ribeiro (2005), o trabalho é encarado como obrigatório por ser uma alternativa

disponível de renda e complementação a ela, um meio de garantir o sustento, e da necessidade pela sobrevivência.

Os catadores entrevistados percebem o lixo como fonte de sobrevivência, a saúde como capacidade para o trabalho e, portanto, tendem a negar a relação direta entre o trabalho e problemas de saúde. Se a associação automática entre lixo e doença é pouco reconhecida por eles, não há como ignorar que inúmeros são os riscos reais no trabalho de catação, riscos esses que podem ser exemplificados através de acidentes de trabalho ocorridos, levando a lesões permanentes ou mesmo óbitos (JUNCÁ, 2000). A figura 3 traz o resultado referente a ausência por motivos de doença.

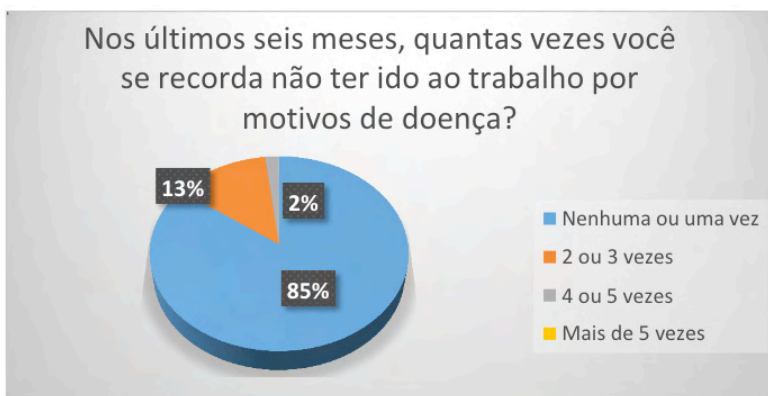


Figura 3: Gráfico de afastamento por doenças dos trabalhadores entrevistados

Fonte: Os autores.

Apesar de serem profissionais pouco valorizados, e da baixa remuneração que recebem, verificou-se um bom índice de motivação desses profissionais no desempenho de suas funções, onde 38,3% responderam estar satisfeitos, e 25,2 e 28% responderam possuir um índice de motivação alto e muito alto, respectivamente. Miura (2004) afirma que tornar-se catador é sentido como fonte de dignidade e modo legítimo de obter renda. É uma atividade que faz do excluído um trabalhador inserido no mundo do trabalho, diferenciando-o do mendigo ou vadio. Miura (2004) diz ainda que a falta de reconhecimento legal do catador como um profissional dificulta seu trabalho como agente de preservação ambiental e de promoção a saúde, pois diminui o acúmulo de detritos na natureza e gera reutilização dos materiais tornando-se novamente matéria prima para novas possibilidades de uso e por consequência, promove seu direito às condições dignas de trabalho e de vida.

De acordo com Medeiros e Macedo (2006, p. 63) "o trabalho, além de ser um meio de subsistência, também é um meio de integração social, pois possibilita o relacionamento entre pessoas, a inclusão social e o sentimento de pertencer a um grupo." Pode-se inferir a partir disso o porquê dos elevados índices obtidos quanto à motivação no exercício de



suas atividades. Na figura 4 são apresentados os percentuais relacionados aos níveis de motivação.

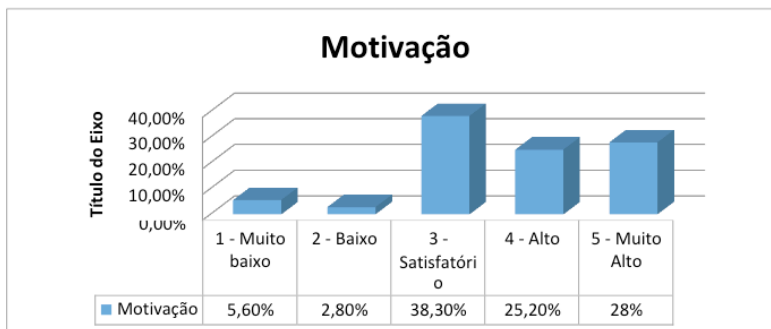


Figura 4: Gráfico de motivação dos trabalhadores entrevistados

Fonte: Os autores

Com relação às percepções de risco a qual os catadores consideram-se expostos na execução de seus ofícios, observou-se o percentual de 45% para os que consideram as atividades que exercem pouco arriscadas, desprezando em um total de 55% que esses riscos estejam relacionados a ocasionais problemas de saúde. A figura 5 retrata estes percentuais.

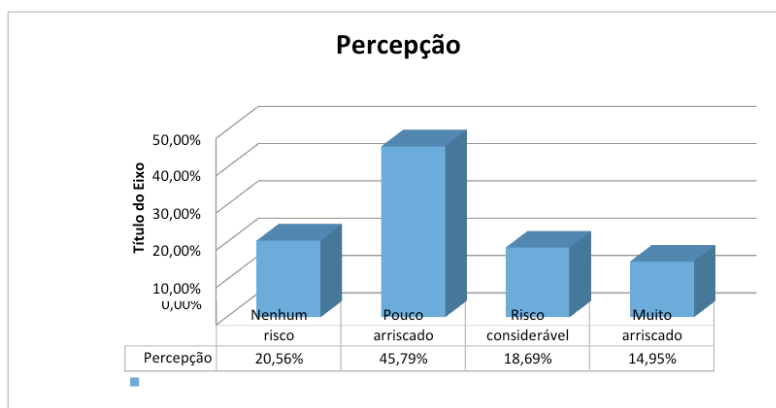


Figura 5: Gráfico de motivação dos trabalhadores entrevistados.

Fonte: Os autores

## CONCLUSÃO

Os resultados apresentados conduzem a percepção de uma realidade ainda muito frágil dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis. Fragilidade essa observada em

questões essenciais para sobrevivência humana como saúde, renda, moradia e educação.

Um agravante a situação dos catadores é a questão da periculosidade dos resíduos coletados, muitas vezes esses resíduos são desconhecidos ou ignorados pelos mesmos. É de suma importância a conscientização do real valor do catador de matérias recicláveis. Esses trabalhadores são verdadeiros agentes do meio ambiente, proporcionando através de seu trabalho uma vida mais equilibrada para toda sociedade. Quando nos aprofundamos nessa questão, é quase que inevitável não sentirmos uma sensação de angústia e impotência diante da constatação de que aqueles que contribuem para harmonia do nosso planeta lutam para conseguir sobreviver nele.

Neste trabalho procurou-se abordar os diversos aspectos da situação dos catadores de material reciclável tais como: inclusão social, preservação ambiental, saúde pública e falta de investimentos em políticas públicas. Uma das limitações do trabalho foi à escassez de informações atualizadas sobre cooperativas devidamente regulamentadas e ativas, e após serem localizadas constatou-se que todas se situavam em áreas consideradas de risco e de difícil acesso. Além disso, constatou-se após as verificações em campo, que muitos cooperativados e até mesmo os gestores não possuíam noção de seus direitos enquanto cooperativa e associação, fato este que se encontra diretamente relacionado à falta de instrução dos mesmos, dificultando assim que saibam o quê e a quem cobrar esses direitos.

Para estudos futuros recomendam-se fazer um levantamento em campo do quantitativo existente de Cooperativas e Associações autogestionárias de todo o estado do Rio de Janeiro, a fim de futuramente haver um melhor direcionamento de políticas públicas voltadas para essa classe, e ainda, depois de realizado um detalhado mapeamento, recomendam-se a intensificação de investimentos que beneficiem todos os integrantes, como cursos de capacitação a fim de que, possam se especializar e tornarem-se uma opção competitiva para o mercado econômico. Com isso, almejamos que a idéia de coleta seletiva se torne cada vez mais atraente e uma realidade no dia a dia de todos os brasileiros.

## REFERÊNCIAS

BOURAHLI, A.; KONDO, E. K.; EDLER, H. C.; BATISTA, A. L. A reciclagem como fator de inclusão socioeconômica dos catadores de lixo no Distrito Federal do Brasil. Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe). Ed: UNICENTRO ISSN, 2177-4153 (Online), v.9, n. 2, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Lei nº 12.305/10. Brasília, DF, 2010.

COSTA, C. M.; PATO, C. A Constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs.). Catadores de Materiais Recicláveis: Um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 101-121.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Destinação dos resíduos sólidos, 2008. Departamento de Populações e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico, 2010.

JUNCÁ, D. C. M. Vida de catador: Outras palavras sobre o lixo. Cadernos do CEAS, (193), pp.61-68, 2001.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência. Universidade Católica de Goiás. Psicologia & Sociedade, p. 62-71, 2006.

MIURA, P. C. O. Tornar-se catador: uma análise psicossocial. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MNCR, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. Mercado de trabalho, conjuntura e análise, IPEA, 41, Brasília, MTE, 2009, pp. 55-58.

RIBEIRO, M. R. O projeto de administração de resíduos de saúde de um hospital. Monografia (Curso de Pós Graduação Latu Senso em Administração Hospitalar). Universidade Gama Filho/RJ – Universidade Unimed-MG, Bom Despacho - MG, 2005.

Wirth, I. As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão. Campinas: Programa de Pós Graduação em Educação, Unicamp, 2010. Dissertação de Mestrado.

# CAPÍTULO 4

## RESENHA - FARIAS, FLÁVIO BEZERRA DE. O ESTADO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO: PARA A CRÍTICA DAS VISÕES REGULACIONISTAS. 2. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001

*Data de aceite:* 01/09/2022

*Data de submissão:* 02/08/2022

### **Bruna Feitosa Serra de Araújo**

Universidade Federal do Maranhão  
Pós-Doutoranda em Direito e Instituições do  
Sistema de Justiça (UFMA)  
Doutora e Mestre em Políticas Públicas  
(UFMA)  
<http://lattes.cnpq.br/8754963642098159>

### **Catia da Silva Feitosa**

Universidade Federal do Maranhão  
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico  
(UFMA)  
<http://lattes.cnpq.br/6556759953990352>

**RESUMO:** A obra resenhada trata-se de análise sobre o Estado capitalista, retomando o fundamental pensamento de Marx e procura definir o Estado a partir do método marxiano, tratando-se de estender o método desenvolvido na crítica da economia política para a análise do Estado. Observa-se a crise profunda do capitalismo, visualiza-se a transformação social e a revolução possível, acreditando-se na utopia concreta do comunismo. Analisa-se que a superação do capitalismo é um movimento que começa no nível político, formando-se a unidade da consciência de classe e da ação revolucionária dos oprimidos e dos explorados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado. Capitalista. Crítica.

REVIEW - FARIAS, FLÁVIO BEZERRA DE. THE CONTEMPORARY CAPITALIST STATE: TOWARDS THE CRITIQUE OF REGULATIONIST VIEWS. 2. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001

**ABSTRACT:** The work is an analysis of the capitalist State, taking up Marx's fundamental thought and seeks to define the State from the Marxian method, trying to extend the method developed in the critique of the economy to the analysis of the State. The deep crisis of capitalism is observed, social transformation and possible revolution are visualized, believing in the concrete utopia of communism. It is analyzed that the action of capitalism is a movement that begins at the political level, forming itself from class consciousness and the super unity of action of the oppressed and the advanced.

**KEYWORDS:** State. Capitalist. Criticism.

O livro “O estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas” publicado pela Editora paulista Cortez no ano de 2001, foi escrito pelo economista Prof. Doutor Flávio Bezerra de Farias, professor do Departamento de Economia, bem como do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

Autor de intensa originalidade e de uma posição crítica e revolucionária inconfundível, a obra é fruto de investigações que iniciaram-se em 1995-1996 na Universidade Paris-Nord em

programa de pós-doutorado.

A obra ora em tela tem como objetivo analisar o Estado capitalista, retomando o fundamental pensamento de Marx e procura definir o Estado a partir do método marxiano, tratando-se de estender o método desenvolvido na crítica da economia política para a análise do Estado.

A obra está dividida em três capítulos. No capítulo inicial, “Contribuição à Crítica do Estado Capitalista Moderno” (p. 24 a 44), é analisado as múltiplas determinações do Estado, rejeitando-se a ideologia formalista que pretende apreender todos os papéis instrumentais do Estado como se o jurídico pudesse ser a expressão verdadeira, justa e plena dos fatos da existência desta forma; bem como analisando que os instrumentalistas e os formalistas servem-se da mesma muleta para apoiar uma definição defeituosa do Estado, sobretudo porque esquecem as determinações especificamente capitalistas deste Estado.

O autor trata a abordagem de que o que falta às teorias da regulação não é exatamente levar em consideração os aparelhos e a legitimação de Estado, a divisão do trabalho e o conflito de classes. Não lhes falta também a abordagem isolada do governo e do Estado propriamente dito, mas a análise da passagem dialética de um para outro de todos os aspectos.

Dentro deste capítulo, analisa a natureza do Estado, onde Farias (p. 28) aborda que contrariamente aos autores que reduzem a questão da natureza do Estado aos conflitos de classe, é a partir do trabalho num contexto mercantil desenvolvido que se deve apreender a emergência e a constituição do Estado como forma social concreta, complexa e contraditória.

Dentro desse contexto da natureza do Estado, o autor igualmente trata acerca do silogismo do Estado (p. 28 a 30), onde apresenta que o Estado é um movimento de totalização e de concretização que se situa no tempo e no espaço; é um silogismo que se compõe de três termos: a forma-Estado (generalidade), a forma de Estado (particularidade) e a forma do Estado (singularidade).

Trata, igualmente, da análise da estrutura do Estado (p. 30 a 31), onde a categoria Estado corresponde a um ser social rico em determinações que se estruturam material e socialmente tanto no nível fenomênico quanto no essencial. Essa categoria se exprime sob a aparência de governo, ou de regime político. Aborda o fetichismo do Estado (p. 31 a 32), no qual o autor entende que pensar o Estado com a marca de seu fetichismo é assumir um espírito de Estado, ou aplicar ao Estado categorias de pensamentos oficiais. Portanto, é ignorar a essência do Estado em proveito de suas mentiras, das falsas aparências produzidas e garantidas pelo próprio Estado.

Observa-se a genealogia do Estado (p. 32 a 35), onde o autor trata a problemática de que frequentemente o Renascimento é visto apenas ou como uma revolução artística e científica, ou como um retorno à Antiguidade sobre questões essenciais da política e da ética, ignorando o fenômeno da gênese da sociedade burguesa moderna, bem como o

desdobramento desta em sociedade civil e Estado, assim como analisa a natureza fisco-finança do Estado (p. 35 a 36), onde explana que para esclarecimento dessa natureza, é preciso apreender as variações no tempo e no espaço, tanto de suas relações com o capital, como das mediações que possibilitam seus movimentos contraditórios; perpassando pela análise de que as relações entre o capital e o Estado são orgânicas e historicamente determinadas.

Explica a teleologia do Estado (p. 36 a 39), onde analisa que o Estado tem seus fins gerais estabelecidos desde a gênese do processo de desdobramento da sociedade burguesa, perpassando igualmente o entendimento de que o Estado e o capital são formas cuja teleologia muda, desde a gênese e o desenvolvimento, até a extinção delas, bem como analisa o papel do Estado (p. 39 a 44), tratando o papel mediador deste, no qual sublinha a oposição às análises regulacionistas, situando-se a gestão estatal dos objetos mediadores das contradições do capital em diversos níveis de abstração, assim como o papel do Estado como agente de intervenção, examinando a gestão estatal tanto sob o aspecto histórico, nas intervenções próprias ao liberalismo e ao providencialismo e o papel espacial do Estado, examinando o aspecto espacial nos domínios local, nacional e global.

No capítulo subsequente, “Contribuição à Crítica do Estado Capitalista Pós-Moderno” (p. 45 a 61), é analisado o advento do Estado pós-moderno e o advento da nova dinâmica revolucionária, no processo histórico objetivo de superação do capitalismo contemporâneo, na perspectiva da utopia concreta do comunismo, sendo analisado os problemas estruturais, os problemas fisco-financeiros, os aspectos feitichistas e os aspectos teleológicos do Estado pós-moderno.

Diante de todo esse panorama, Flávio Farias utiliza em sua obra a epistemologia e a ontologia do ser social constitutivas do método marxiano, que é indispensável a uma abordagem crítica e revolucionária do Estado na modernidade em vigor, cujo ponto de partida é o desdobramento da sociedade em Estado e sociedade civil. Trata-se de um processo de desdobramento objetivo e orgânico, que foi analisado por Marx como um fenômeno historicamente determinado, cuja dialética mostra, também, os fins do Estado (sua extinção) sob uma perspectiva anti-sistêmica. Esse processo sempre foi percebido de maneira mecânica pelas análises correntes, seja de maneira positivista ou funcionalista pelas análises regulacionistas. Todas essas análises abordaram os fins do Estado apenas numa perspectiva sistêmica. Hoje, este ponto de vista vem sendo privilegiado pela “experiência individual (de tipo pós-moderno)” que nos quer convencer de que o “sistema” capitalista tem de ser eterno. Nas palavras de Jameson (1997), “parece que hoje é mais fácil imaginar a deterioração total da terra e da natureza do que o colapso do capitalismo tardio”.

Em sua obra, critica-se as visões regulacionistas do Estado, no sentido amplo acima definido. No primeiro e segundo capítulo então, Flávio Farias tratou de abordar o Estado capitalista, a partir do método crítico e revolucionário marxiano. Com efeito, desde 1845,

Marx já compreendia o comunismo não como um ideal abstrato, mas como um movimento real que abole o estado de coisas presente. Este processo revolucionário foi reexaminado nos trabalhos marxianos de maturidade sobre os aspectos políticos, jurídicos e ideológicos da sociedade burguesa. A crítica da economia política se colocou em profundidade e em extensão na perspectiva do comunismo como uma utopia concreta. É sobre esta base que se busca definir aqui a forma-Estado capitalista utilizando a epistemologia e a ontologia do ser social constitutivas do método marxiano. Sem olvidar, por isso mesmo, um século e meio de recusa radical do capitalismo, cuja história nos mostrou a variabilidade.

Para Flávio Farias, é possível incorporar as contribuições dadas pelo marxismo do século XX, chegando a resultados completamente distintos dos obtidos pelas análises correntes.

No pensamento crítico e revolucionário, a extinção da estrutura do Estado se iniciaria na democracia operária, considerada como uma transição para o comunismo. Trata-se de uma mudança que só ocorreria com a superação da divisão capitalista do trabalho e com o desaparecimento da contradição entre capitalistas e operários assalariados. Entretanto, mesmo entre os marxistas, ocorreram confusões, reduzindo tudo ao vínculo entre Estado e luta de classes, isto é, a dois termos, omitindo o terceiro: a divisão capitalista do trabalho.

Diante do insucesso recente de todas estas experiências e do fracasso de suas reformas, é pertinente atualizar a categoria do comunismo como uma utopia concreta. E, a partir desta base, analisar o Estado capitalista como uma totalidade concreta, complexa e contraditória.

Supõe-se, nessa obra, que o método crítico e revolucionário utilizado na obra *O Capital* serve para a análise e para a ultrapassagem dialética do Estado capitalista.

Desde o início do século XX, a partir da teoria revisionista do marxismo, as abordagens da regulação constituíram-se tanto em oposição ao método marxiano de análise do ser social, quanto em ruptura com a utopia concreta. Sobretudo no que diz respeito às implicações das categorias do “ultra-imperialismo” e dos “compromissos de classe”, na definição do Estado capitalista.

Certas interpretações reformistas buscam o socialismo – ou a sociedade regulada conforme o pensamento gramsciano – por intermédio, apenas, da regulação da sociedade capitalista. A crítica do Estado capitalista moderno, ao contrário, deve partir da epistemologia e da ontologia do ser social. Pois, em geral, o método marxiano permanece indispensável para uma abordagem crítica e revolucionária da modernidade em vigor. Além do mais, não se quer renunciar à substância emancipadora da modernidade, nem à ultrapassagem das formas mercantis simples e desenvolvidas, e, portanto, do Estado capitalista. Para proceder à crítica do Estado pós-fordista, deverá ser feito o confronto entre a ontologia do ser social e a ontologia da regulação.

No último capítulo, então, “A Lição Gramsciana e a Escola da Regulação” (p. 65 a 101), é analisado os fins do Estado de Gramsci aos regulacionistas; os fins do Estado

nos regulacionistas politicistas, o qual inicialmente vincula-se com o debate italiano entre o social-liberalismo e o marxismo; e os fins do Estado nos regulacionistas tecnicistas, onde o autor explana que no seio da tendência tecnicista não existe desacordo sobre a importância da progressão paralela das categorias-chave do modelo fordista.

Assim, dentro desse panorama, Flávio Farias inicialmente esclarece as múltiplas determinações do Estado, compreendendo a relação entre Estado e Capital pensando-a como um todo orgânico, retomando a perspectiva leninista e busca compreender a dialética do Estado capitalista.

Nesse sentido, entender o que foram o Estado liberal e o Estado social (momentos do Estado capitalista moderno) é fundamental. Do mesmo modo é vital para a intervenção teórico-política a clara compreensão do Estado pós-moderno que veio se constituindo nos últimos vinte anos da publicação da obra em 2001. O autor explica que as implicações decorrentes das políticas de Thatcher e Reagan clarificam a relação necessária entre o governo da economia e o governo das massas, vital para a resposta do Capital à sua crise.

Merece destaque na obra de Flávio Farias, igualmente, a compreensão do projeto teórico-político dos regulacionistas, principalmente porque, de um modo ou de outro, eles estão associados ao governo socialista francês, que implementa teses neoliberais.

A reflexão se aprofunda com a análise da era pós-moderna. E se constitui como uma elaboração para crítica de seu Estado. Flávio Farias afirma a necessidade de se pensar o sujeito revolucionário a partir do capital em sua contemporaneidade e não na abstração de um vago poder constituinte. Considera, que a oposição entre Estado máximo e Estado mínimo é um falso problema.

Faz, também, a crítica das visões regulacionistas examinando o modo pelo qual se realiza a passagem do Estado moderno ao pós-moderno. Nesse sentido, os regulacionistas, porta-vozes de uma concepção que nega a matriz classista, pela sua própria eficácia, são interlocutores a serem debatidos e criticados.

Flávio Farias examina a lição de Gramsci e como a escola da regulação viu essa contribuição à compreensão da dialética Estado-Capital. Gramsci coloca a questão da superação do Estado. Para Gramsci, a regulação da sociedade capitalista nada tem a ver com a tese da sociedade regulada. Os regulacionistas, sejam os de matriz politicista, sejam os tecnicistas, confundem essa questão e se apresentam como negadores da dialética Estado-Capital. O discurso regulacionista altera fundamentalmente a análise. À categoria totalidade concreta eles opõem sistema e estrutura, ao invés de contradições falam em conflitos, a mediação é transformada em regulação, não falam mais em leis gerais, mas, apenas, em regras e normas. Nas palavras de Flávio Farias, obviamente não podem pensar a dialética sujeito-objeto que é abolida em favor de uma noção de processo sem sujeito.

Dentro desse contexto, a utopia do Estado regulador vem do equívoco de atribuir a esta categoria um papel sem definir previamente a natureza desta. Ou melhor, o autor explica que esse mito regulacionista tem origem no erro de examinar as funções estatais



sem esclarecer antecipadamente nada sobre a forma-Estado. O funcionalismo e o positivismo regulacionista vêm, em geral, da rejeição do método crítico e revolucionário que utiliza as categorias da totalidade, da contradição, da mediação e das leis.

Para a crítica das abordagens regulacionistas, Flávio Farias parte da tese que o Estado e o capital formam um todo orgânico. Ambas as categorias referem-se a seres sociais e históricos, ricos em determinações, no sentido apontado pelo método marxiano. A partir deste método, para ele é possível fazer a passagem da crítica da economia do Estado burguês. Como um ser historicamente determinado, esse Estado adquire uma forma particular e relativamente autônoma, estrutura e reificada, existindo em si e para si, com fins sistêmicos e anti-sistêmicos. O Estado capitalista torna-se uma totalidade concreta, contraditória, cujo movimento obedece a leis. Esse todo complexo passa a desempenhar um papel mediador, que traz a marca do espaço e do tempo, na resolução das contradições do modo de produção capitalista. Portanto, a intervenção estatal tem especificidades próprias à sua natureza territorial e traz os carimbos das eras moderna e pós-moderna.

A intervenção do Estado não é um simples reflexo dos conflitos entre parceiros sociais, que resultam dos interesses estritamente econômicos, estabelecidos, no regime de acumulação. Para apreender a ação do Estado sem eliminar de sua essência a luta de classes, cujo eixo material é a divisão do trabalho, Flávio Farias recusa em sua obra a categoria historicista da regulação, em prol da categoria histórica da mediação. Aliás, a tese regulacionista da extinção da luta de classes com o progresso técnico se manifesta cada vez mais como uma utopia abstrata. Na realidade, a luta de classes se transforma, em função das mutações, na divisão do trabalho. É verdade, também, que a luta de classes sai do quadro estreito do local de trabalho e que as novas localizações afetam a força de trabalho e aqueles que a personificam. Nesse sentido, Flávio Farias conclui que a luta de classes não é eliminada pela globalização – muito pelo contrário, generaliza-se em torno do eixo da nova divisão internacional do trabalho.

Flávio Farias explica que a crise social mostra que se esgotam, cada vez mais, as energias utópicas dos regulacionistas prisioneiros da categoria da relação salarial, que privilegia os momentos de harmonia sobre os de luta. Sobretudo quando a crise em tela manifesta, através de uma espécie de rigidez dos direitos sociais à baixa, a rejeição de uma competitividade tendo por eixo um progresso técnico que provoca a barbárie de uma ordem social injusta e desigual.

A necessária extinção das condições objetivas e subjetivas que fazem com que o Estado continue a existir é um processo de democratização que, propriamente, ainda deverá ser inventado. Mas, Flávio Farias explica, que nada impede que se assuma esta tarefa, desde hoje, da maneira brechtiana, destruindo a ideologia burguesa, captando as forças que fazem mover o mundo, contribuindo para o progresso da teoria. Em compensação, admitir a teoria da regulação e alimentar a tática positivista da ordem e do progresso implica que se faça desaparecer completamente a dialética e que se ignorem, também, as

formas políticas, os instrumentos por intermédio dos quais se realizam as mediações das contradições próprias aos mundos polarizados que constituem a produção no seu conjunto.

Nesse contexto, enquanto era pouco gloriosa da instabilidade estrutural, o pós-fordismo criou um estorvo para a ordem e o progresso em termos de regulação, cujo positivismo, que abstrai as leis da valorização do capital, foi desvendado pela opressão e pela expressão da força de trabalho em mutação, no quadro atual de uma ofensiva neoliberal ampla e profunda contra os trabalhadores.

Este embaraço não deveria incitar os balanços críticos positivos a propósito da escola da regulação, nem do ponto de vista da análise concreta, nem do ponto de vista da utopia concreta que se situa para além do horizonte da relação salarial. Por isso, foram criticadas na obra, tanto as abordagens em termos de regulação das relações mercantis (simples ou desenvolvidas), da reprodução e da crise, quanto suas correspondentes visões positivistas dos fins do Estado capitalista, seja na modernidade em vigor, seja na utopia que se situa além da sociedade salarial – cujas intromissões estatais e contratuais harmonizariam o tempo de trabalho e o tempo livre e favoreceriam ainda mais a colaboração de classes.

Nesse sentido, em suma, no terceiro capítulo, Flávio Farias faz a crítica de certas abordagens regulacionistas do Estado, que se desenvolveram na França a partir de 1975.

Segundo a “escola da regulação”, no contexto que leva a marca fordista da produção e do consumo de massa, o operário também foi massificado. O regime fordista o teria transformado num agente social e político integrado maciçamente na sociedade capitalista contemporânea.

Em geral, nas análises econômicas e políticas da escola da regulação não existe regime fordista de acumulação intensiva sem evolução paralela tanto do poder de compra quanto da rentabilidade. Isto é garantido por uma relação salarial capaz de tornar possível a harmonia entre assalariados e empresários, mas que tem por premissa uma regulação, realizada por intermédio de um sistema de instituições estatais e contratuais.

Há uma concordância entre os regulacionistas sobre a existência, desde 1975, de uma crise estrutural que concerne, ao mesmo tempo, à natureza e ao tipo de regime de acumulação. Entretanto, não há acordo a propósito dos vínculos concretos da crise com a divergência entre poder de compra e rentabilidade, ou da crise com os fatores nacionais e internacionais, ou da crise com as relações mercantis simples e desenvolvidas, ou da crise com o capital em geral e com os capitais numerosos.

Em sua obra, Flávio Farias conclui, portanto, que todas as abordagens procuram mostrar que, em primeiro lugar, o capitalismo não funciona sempre da mesma maneira, e que este encontra múltiplas soluções para suas dificuldades, ou melhor, que existem diversas reestruturações possíveis por ocasião das grandes crises; em segundo lugar, todo tempo, as escolhas feitas dependem, sobretudo, das formas de compromissos institucionais estatais e contratuais capazes de ser propostos e até mesmo impostos pelas classes dominadas, através dos partidos e dos sindicatos reformistas.

Conclui, igualmente, que a superação do capitalismo é um movimento que começa no nível político. Com efeito, no início, forma-se a unidade da consciência de classe e da ação revolucionária dos oprimidos e dos explorados, para a realização das mediações que conduzem à utopia concreta do comunismo. Entretanto, esta superação não é a sequência de um “golpe de Estado”, sem nenhuma ruptura com o estado de coisas em vigor na sociedade burguesa. Ao contrário, a própria passagem de poder vem de uma mudança profunda na correlação de forças sociais em favor das massas populares.

Flávio Farias afirma que constata-se a crise profunda do capitalismo; visualiza-se a transformação social e a revolução possível; acreditando-se na utopia concreta do comunismo.

Em síntese, é preciso que permaneça viva a utopia concreta do comunismo, em toda a sua virtualidade anti-sistêmica. Mas a revolução comunista não é a única das possibilidades; pode haver um “progresso” no modo de produção capitalista, que aliás se desenvolve até que tenha atingido “limites” dificilmente determinados.

Hoje, nas sociedades capitalistas avançadas, pode-se constatar uma série de comportamentos – aos níveis do Estado social e da nova capacidade de cooperação produtiva entre os sujeitos que personificam a força de trabalho, cuja mobilidade se torna a figura de uma resistência ativa que tende a se manifestar como poder constituinte – considerados, com razão, como “pré-condições do comunismo”. Porém, neste quadro, embora a abordagem crítica e revolucionária possa ser favorável a reformas no regime em vigor (mudanças na ordem ou sistêmicas), jamais será reformista, negando com isso a luta pela emancipação (mudanças contra a ordem ou anti-sistêmicas), que busca ultrapassar todas as relações em que o ser humano assume a condição de um ser diminuído, oprimido e alienado.

## MULHERES E O MERCADO FINANCEIRO: COMPREENDENDO A MÃO DE OBRA FEMININA E O MERCADO DE TRABALHO NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS

*Data de aceite: 01/09/2022*

*Data de submissão: 08/07/2022*

### **Karina Silva Guimarães**

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR  
Nova Tebas – Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/4478695078817626>

### **Aline de Queiroz Assis Andreotti Pancera**

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR  
Campo Mourão – Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/5056307868723442>

**RESUMO:** Estudar o papel da mulher no mercado de trabalho é realizar um estudo diacrônico do seu percurso na história. O presente artigo se propõe a estudar e descrever a presença das mulheres no mercado de trabalho, a evolução da mão de obra feminina e entender as formas de preconceito e desvalorização que ocorrem na sociedade. Avaliar a evolução do papel feminino é desprender-se de ser apenas a cuidadora dos componentes familiares e passar a se integrar como mão de obra produtiva no mercado de trabalho. No processo de evolução, a mulher encontra-se em uma posição de desvalorização em seus afazeres, sendo vista como inferior ao homem. O presente estudo foi escrito a partir de uma análise quantitativa sobre os dados dos empregos por gênero no mercado financeiro e foi evidenciado durante a pesquisa se ainda há indícios de desigualdades salariais entre os sexos. Observou-se por meio dos resultados que está discrepância ainda se faz presente,

mesmo com os profissionais de mesmo nível de formação. Os resultados apresentam a diferença salarial entre os profissionais, principalmente quando os níveis de especialização são maiores. Concluiu-se que, mesmo ocorrendo crescimento no mercado de trabalho e ocupando espaços antes atribuídos apenas aos homens, a mulher, embora em posições hierárquicas diversas, obtém ganhos inferiores em relação às mesmas funções ocupadas pelo homem, em tratamento desigual a que as mulheres estão sujeitas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desvalorização. Discriminação. Mão de obra.

**ABSTRACT:** To study the role of women in the labor market is to perform a diachronic study of their path in history. This article aims to study and describe the presence of women in the labor market, the evolution of the female workforce, and to understand the forms of prejudice and devaluation that occur in society. To evaluate the evolution of the female role is to detach from being only the caretaker of the family components and start to integrate as productive labor in the labor market. In the process of evolution, women find themselves in a position of devaluation in their tasks, being seen as inferior to men. The present study was written from a quantitative analysis of the data on jobs per gender in the financial market, and it was evidenced during the research whether there is still evidence of wage inequalities between the sexes. It was observed through the results that this discrepancy is still present, even among professionals with the same level of education. The results show the wage gap between the professionals, especially

when the levels of specialization are higher. It was concluded that, even though there has been growth in the labor market and occupying spaces previously attributed only to men, the woman, although in different hierarchical positions, obtains lower earnings in relation to the same functions occupied by men, in unequal treatment to which women are subjected.

**KEYWORDS:** Devaluation. Discrimination. Labor force.

## 1 | INTRODUÇÃO

Gênero refere-se a tudo aquilo que foi definido ao longo do tempo, de uma maneira sucinta a sociedade entende como o papel, função ou comportamento esperado de alguém com base em seu sexo biológico. O gênero está vinculado a construções sociais e não a características naturais, é importante enfatizar que o gênero diz respeito aos aspectos sociais atribuídos ao sexo.

Moraes e Medeiros (2021) apresentam um exemplo de como as atribuições aos gêneros são entendidas erroneamente, muitas vezes escutamos frases como “cuidar da casa é coisa de mulher”. Afinal, o que está por trás de frases desse tipo é justamente a questão de gênero: se o que caracteriza “ser mulher” são simplesmente características biológicas e anatômicas, não há razões para alguém atribuir uma atividade especificamente às mulheres. Afinal, qual genitália uma pessoa tem não faria diferença na hora de limpar a casa. Isso demonstra que há algum sentido a mais atribuído a “ser mulher”, algo que vá além do sexo biológico. Esse “algo além” é, justamente, o gênero.

A distinção dos gêneros se faz presente desde o princípio no matriarcado, e se acentuou a partir do patriarcado, relacionadas à divisão sexual reprodutiva, divisão do trabalho, de papéis sociais, de preconceitos quanto à capacidade intelectual e de produção. Sendo assim, implicando diretamente nas relações de poder construídas ao longo da história, segundo Pereira e Lima (2017).

Assunção (2016) explica o quanto o contexto histórico do brasileiro ainda permite contarmos com a presença de uma cultura política caracterizada por hierarquia entre pessoas e grupos, dos quais muitos são excluídos dos espaços socialmente valorizados. Assim, o mundo do trabalho acabou bastante marcado pela desigualdade de gênero e de raça.

Há papéis pré-estabelecidos na sociedade, assim constitui-se expectativas individuais sobre cada gênero, a maneira como cada indivíduo é educado e ensinado a pensar individualmente sobre si e sobre o outro, impacta diretamente nos “padrões” e comportamentos da sociedade. Estudar as relações de gênero desde o princípio leva-nos a entender no que se referem aos tratamentos sociais desiguais de poder e dominação entre homens e mulheres, que são resultados de uma construção social do papel do homem e da mulher, a partir da percepção social das diferenças sexuais.

Historicamente no mercado de trabalho a figura feminina é vista em situação de desvalorização, a posição integrada ao homem é de superior à mulher; conceito marcado

pela desigualdade, que traz subjacentes formas de dominação nas relações sociais entre ambos os sexos. É necessário entender, porém, que essa dominação é reflexo dessas desigualdades sociais, econômicas e políticas e, portanto, deve ser estudada em perspectiva de coletividade (SANTOS; AMARAL, 2010).

A presente pesquisa buscou estudar e compreender a presença feminina no mercado trabalho, o desenvolvimento ocorreu por meio da leitura e reflexão de trabalhos acadêmicos e livros sobre o tema. O objetivo geral foi baseado a partir da visão masculinizada do mercado financeiro que está constantemente se transformando, sendo assim procuramos responder a hipótese principal: Existe uma diferenciação no tratamento da mão de obra entre homens e mulheres no mercado de trabalho? Sendo assim, no decorrer desta pesquisa serão respondidos os objetivos estabelecidos com o intuito de avaliar se a hipótese principal é verdadeira.

A trajetória feminina no mercado de trabalho é marcada por lutas diárias, e conquistas que não poderiam deixar de serem ressaltadas. Nesse contexto, se tratando de uma pesquisa na área do mercado financeiro fez-se necessário avaliar a presença da mão de obra feminina neste âmbito. Concluímos os objetivos respondendo se há diferença salarial entre homens e mulheres com o mesmo nível de formação, nos resultados ressaltamos o quão presente ainda se faz a hipótese principal. O marco inicial na busca por uma maior equidade entre os gêneros se inicia com a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

## **2 | METODOLOGIA**

Sendo um estudo de caráter aplicado, visto que os valores para análises já foram publicados e serão reproduzidos e analisados de acordo com os dados, analisando a mão de obra feminina no mercado financeiro e a desigualdade salarial. A análise do estudo em questão enquadra-se também como quantitativa, pois refere-se à apresentação dos dados por meio de tabelas com números sobre grau de instrução, salários e investimentos, referentes ao Brasil nos anos de 2005 à 2019.

Para obter os resultados foram utilizados como fonte de dados numéricos, a base de dados do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS e do ministério do Trabalho – MTE. As variáveis monetárias utilizadas foram corrigidas pelo IGP-DI com a base do ano de 2019, com o objetivo de coletar, tabular e analisar os dados. Tais variáveis são importantes para compreensão do comportamento do mercado de trabalho das atividades econômicas-financeiras em relação a presença da mão de obra feminina nos anos de 2005 à 2019 para analisar a dinâmica do mercado nestes períodos. O ambiente de estudo escolhido para realizar a pesquisa foi o mercado financeiro, tendo em visto que o mercado apresenta múltiplos conceitos, afim de ilustrar com melhor compreensão as variáveis analisadas neste estudo, optou-se então por utilizar o código e a nomenclatura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE 64 e 66.

### 3 | MULHERES E O MERCADO FINANCEIRO

O século XIX representou a mulher como submissa durante toda sua vida por uma figura masculina, quando pequena confinada à esfera doméstica, somente podia sair de casa caso estivesse acompanhada por um homem, não tendo o mínimo de liberdade para escolher seu próprio marido, segundo Narvaz e Koller (2006). O matrimônio na época era visto como um negócio, servindo de critério de escolhas de interesses financeiros, pertencendo ao pai a responsabilidade da decisão. Embasada na ideologia da igreja católica que consideravam a mulher como inferior ficando reservada à função de procriação e aos afazeres domésticos.

O processo de ruptura feminina dos padrões impostos percorreu um longo caminho, observa-se na atualidade a mulher demonstrando os inúmeros papéis que pode pertencer a ela, como mãe, esposa, dona-de-casa, ativas nos mercados de trabalho, líderes, ativas na sociedade e donas dos próprios padrões. Abandonando os dogmas que se resumiam de que eram feitas somente para procriar, ser carinhosa e excelente dona de casa.

Há uma concepção pré-estabelecida de que os homens se encaixam melhor em profissões do mercado financeiro, por ser considerado um ambiente competitivo e de alta pressão. Segundo Collini (2014), a concepção de gênero masculino reproduzida em nossa sociedade: denominou o homem para ser dominador, agressivo e líder, sendo que se espera tal comportamento dentro do mercado.

O mercado financeiro é um ambiente considerado masculino, apesar de pequena, nota-se uma pequena participação das mulheres nesse âmbito. Collini (2014), explica que após nove tentativas negadas, a primeira mulher a deter uma cadeira para ocupar na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) foi Muriel Siebert, em 1967, dentre 1.365 colegas homens. Siebert ficou quase uma década como a única mulher na NYSE e anos mais tarde seria também a primeira mulher dona de uma corretora e seguradora nos Estados Unidos e a ocupar o cargo de superintendente do *New York State Banking Department*.

O mercado financeiro acompanha o ritmo de progresso da presença feminina. Segundo dados de 2019 da Bolsa de Valores Brasileira B3 o número de mulheres investidoras mais do que dobrou entre 2019 e 2020, passando de 388 mil para 825 mil investidoras.

O mercado de trabalho historicamente foi escrito pela figura masculina e o mercado financeiro é visto a partir da imagem masculinizada, a inserção feminina é uma luta constante e histórica por espaço, igualdade e respeito. Os “padrões” atravessam gerações e gerações, as conquistas obtidas até hoje são apenas o início de um longo caminho de quebra de paradigmas que o futuro aguarda.

As barreiras impostas as mulheres são vistas cotidianamente, o reflexo disso são a maior participação dos homens no mercado de trabalho, sendo assim a mão de obra masculina predomina o mercado de trabalho.

## 4 I MERCADO DE TRABALHO E MÃO DE OBRA

Abordar as relações de classe é buscar uma reconstrução interpretativa dos mecanismos de igualdade no ambiente de trabalho, sendo suporte para ampliar a visibilidade das estratégias de controle a fim de extinguir a exploração do capital. Silva e Sanchez (2013) explicam que, a inserção feminina no mercado de trabalho foi uma constante batalha enfrentada, com todos os preconceitos e desigualdades, uma conquista almejada por décadas. Após alcançar determinada posição, na maioria das situações a mulher ainda tem que lidar com os deveres domésticos ao chegar em casa. Ou seja, em média, as mulheres estudam mais, recebem menos e tem que lidar com a “dupla jornada”.

Acompanhando a maior inserção profissional, a participação das mulheres começa a se ampliar em todos os níveis educacionais, aprimorando e especializando a mão de obra. Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta o total de mão de obra empregadas no mercado financeiro de cada região natural do Brasil, separados por ano e sexo. Pode-se destacar que com o passar dos anos a participação da mão de obra feminina apresentou aumento significativo. Em 2006 a diferença em relação aos gêneros, considerando o total do comportamento das regiões naturais teve como uma média de 23% a mais de mão de obra masculina comparado com a feminina, é notável que com o passar dos anos está discrepância reduz. Em 2019 a média do comportamento da representatividade de cada uma das regiões naturais passou a ser de apenas 2%.

Região Natural	2006		2013		2019	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Norte	9.999	8.196	13.400	11.545	15.320	14.131
Nordeste	37.486	28.489	48.481	38.723	51.561	42.954
Sudeste	170.410	173.439	190.504	211.096	238.315	267.487
Sul	63.164	49.594	60.190	64.321	66.527	77.744
Centro-Oeste	30.020	21.994	52.042	46.548	45.399	42.099
<b>Total</b>	<b>311.079</b>	<b>281.712</b>	<b>364.617</b>	<b>372.233</b>	<b>417.122</b>	<b>444.415</b>

Tabela 1 - Total da mão de obra em relação aos gêneros

Fonte: Adaptado RAIS/MET (2021).

É neste sentido que a Tabela 2 apresenta o destaque sobre a inserção e reconhecimento da mulher no mercado de trabalho, em 2019 a mão de obra feminina teve um crescimento expressivo de 52%, a concentração de evolução se caracterizou principalmente no ensino médio completo e superior incompleto ambos avançando 53%. Quando comparamos o período que foi estudado entre os anos de 2006 e 2019 a evolução da presença feminina cresceu 58%.

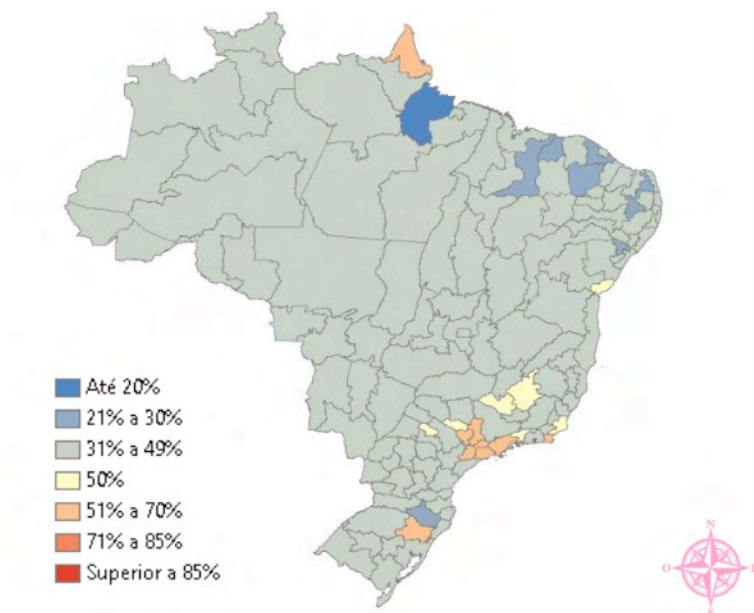


Graus de Instrução	Crescimento 2006 a 2019	% Mão de obra Feminina em 2019	% Mão de Obra total no mercado financeiro 2019
Até 5ª Incompleto	6%	34%	0,14%
5ª Completo Fundamental	7%	47%	0,19%
6ª a 9ª Fundamental	-40%	38%	0,27%
Fundamental Completo	-31%	45%	0,63%
Médio Incompleto	-39%	52%	0,95%
Médio Completo	4%	53%	16,63%
Superior Incompleto	23%	53%	13,81%
Superior Completo	104%	51%	66,10%
Mestrado	522%	35%	0,98%
Doutorado	1060%	44%	0,23%
<b>Total</b>	<b>58%</b>	<b>52%</b>	<b>100%</b>

Tabela 2 – Síntese resultados encontrados

Fonte: Adaptado de RAIS/MET (2021).

Inserido nesse contexto, levantou-se a composição da mão de obra feminina nas atividades do mercado financeiro para todas as mesorregiões brasileiras para o ano de 2006. O resultado para o ano analisado em questão pode ser visualizado no Mapa da Figura 1.



Mapa 1 - Distribuição percentual da mão de obra feminina no mercado de trabalho financeiro, por mesorregião no ano de 2006.

Fonte: Adaptado de RAIS/MET (2006)

Geograficamente a distribuição de participação feminina no mercado de trabalho é desigual, nota-se com a representação do Mapa 1 no ano de 2006 que não há nenhuma região que a taxa percentual de participação ultrapasse 85%. A predominância masculina se destaca na grande maioria das mesorregiões, sendo assim, tal constatação demonstra que ainda há resquícios de caráter patriarcal que está na base da formação da sociedade brasileira e da desvalorização profissional da mulher.

É crucial analisar a importância da ideia de que as relações de gênero são princípios de estratificação do mercado de trabalho e que a inclusão deste tema para o estudo das questões de trabalho é extremamente importante para entender não apenas a situação das mulheres e as relações trabalhistas, mas ainda a própria peculiaridade do mercado de trabalho, como a oferta e procura, emprego, desemprego, precarização, hierarquização e segmentação (ABRAMO, 2007, p. 297).

Desta forma, nota-se que é extremamente imprescindível redefinir os papéis de gênero, com o intuito de acomodar os novos papéis sociais desempenhados pelas mulheres, para que não existam difíceis penalidades a que são submetidas quando buscam conciliar trabalho e família. Além disso, reconfigurar a estruturação das relações de gênero como questão fundamental para a cidadania reconhecendo o trabalho que é estabelecido pelas mulheres.

Ademais, as hipóteses de baixa presença de mulheres no mercado de trabalho são diversas: preconceito fixado frente às mulheres, seja no meio acadêmico ou no mercado financeiro, persistência de divisões tradicionais de responsabilidade, que fazem com que a mulher, principalmente quando a família decide por ter filhos, postergue sua carreira. Os diferentes elementos devem ser incorporados na reflexão do mercado e considerados não só com objetivo de ampliar a equidade entre homens e mulheres, mas a fim de tornar o mercado de trabalho mais oportuno e inclusivo. Contudo, o fator que mais distancia os gêneros da equidade é discrepância salarial.

## **5 | DESVALORIZAÇÃO FEMININA ENFATIZADA ATRAVÉS DOS RENDIMENTOS**

A desvalorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho é vista como uma questão cultural, edificada perante as desigualdades sociais, econômicas e políticas no decorrer da história. O principal fator gerador na diferenciação do tratamento, é a diferença de rendimentos entre os gêneros. Desta forma, o contexto da desvalorização, entendida também como violência de gênero, conduz o homem para o centro do contexto produtivo, a quem a história reconhece como dominador, segundo Pereira e Lima (2017).

A lei ampara o acesso das mulheres no mercado formal de emprego, entretanto, o olhar machista do mercado sobre ela não mudou, sendo comparadas aos homens em critérios de “mais” ou “menos”: se são mais ou menos eficientes; mais ou menos caras; mais ou menos produtivas. (ABRAMO, 2007). E é neste contexto de julgamento quanto a

incapacidade intelectual feminina que muitas vezes as mulheres são interpretadas como inferiores em relação a conhecimentos quando comparadas com os homens.

Collini (2014), explica de forma sucinta que as meninas são geralmente levadas a acreditar que os meninos “naturalmente” são melhores nas matérias de exatas, o interessante é que a própria mulher, ao imaginar uma pessoa de negócios a primeira visão é um homem de terno e gravata, é neste sentido que se entende que há um processo de construção de significados e representações de gênero. Guiso (2008), do Instituto Europeu em Florença, elaborou uma pesquisa que explica que as diferenças de rendimento em provas de matemática e leitura são instigadas mais por distinção cultural dos países do que pela diferença na capacidade intelectual dos gêneros.

Um das particularidades na desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho pode ser compreendida na diferença de rendimentos recebidos e na designação de cargos e funções. “A disparidade de ganhos financeiros entre homens e mulheres diminuiu muito nos últimos anos no país. Contudo, quando se observam as diferenças em função do nível de escolaridade, a situação é desfavorável às mulheres com mais anos de estudo e formação” (MADALOZZO, 2008, p. 1).

Dados do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, apresentaram que no Brasil no período entre 2013 e 2017, o salário médio das mulheres cresceu 4,4%. Mesmo com esse avanço, elas ainda recebem em média apenas 85,1% comparado ao salário dos homens, mesmo quando ocupam cargos iguais.

No que tange ao rendimento salarial a diferenciação é um dos fatores que mais distancia a igualdade entre gêneros, a desigualdade na remuneração da mão de obra feminina desqualifica o trabalho das mulheres. Tal diferenciações por gênero ditado pelo mercado de trabalho, determinando assim que homens e mulheres ocupem lugares desiguais e hierarquicamente determinados, neste sentido desfavorecem a mão de obra feminina. O lugar ocupado pelo sexo masculino e feminino nos setores de atividade e na hierarquia culturalmente e economicamente desfavorecem as mulheres, em suma a remuneração também é afetada.

A figura feminina constantemente é discriminada no mercado de trabalho, mesmo sendo igualmente qualificadas recebem pagamento inferior no desempenho da mesma função. A Tabela 3 exhibe em síntese a média total dos salários por grau de instrução distinguindo cada gênero, em 2006 a média de diferença salarial entre homens e mulheres foi de 41%, ou seja, a classe masculina é remunerada quase o dobro a mais que a feminina, ressaltando, no mesmo nível de instrução.

Região Natural	2006			2013			2019		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Norte	5.853	4.491	5.239	6.623	5.394	6.055	7.132	5.482	6.340
Nordeste	6.258	4.662	5.569	7.408	5.661	6.632	7.571	5.547	6.651
Sudeste	7.271	4.949	6.100	8.791	5.893	7.268	8.566	5.865	7.138
Sul	7.051	4.684	6.010	7.522	5.077	6.259	7.046	4.747	5.807
Centro-Oeste	8.433	5.841	7.337	9.827	6.965	8.475	9.577	6.398	8.047
<b>Total</b>	<b>7.171</b>	<b>4.930</b>	<b>6.106</b>	<b>8.466</b>	<b>5.846</b>	<b>7.143</b>	<b>8.258</b>	<b>5.677</b>	<b>6.927</b>

\*Valores reais corrigidos pelo IGP-DI a preços de 2019

Tabela 3 - Total Salários Médios por Grau de Instrução (R\$) por gênero

Fonte: Adaptado de RAIS/MTE (2021).

É notório que a inserção feminina no mercado de trabalho não gerou rendimentos mais elevados. Em todas as faixas educacionais, ao comparar homens e mulheres inseridos no mercado de trabalho, os homens têm sempre rendimentos mais elevados do que as mulheres. Além disso, quanto mais elevado o nível educacional, maior a diferença de rendimento. Diante disso, as mulheres buscam se qualificar constantemente nos vários níveis de educação, visto que a qualificação profissional proporciona maiores remunerações.

Por muitos anos a resposta cabível para explicar a diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho e nos rendimentos era o fato de as mulheres possuírem menores níveis de ensino. Mas, as mulheres estarem cada vez mais escolarizadas não é um fator de mudanças, ainda existe diferença salarial não explicada pela diferença de atributos em favor dos homens, que pode ser sinal de discriminação no mercado de trabalho. A Tabela 4 responde sobre a discriminação no mercado de trabalho, em 2006 os salários médios para os profissionais homens que obtinham a formação de doutorado chegaram a receber 199% a mais. Vale destacar a região Nordeste que é em 2006 remunerou em 623% a mais os doutores homens confrontando com os rendimentos pagos as mulheres.

Região Natural	2006			2013			2019		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
Norte	-	-	-	12.281	3.917	8.936	8.563	13.085	10.425
Nordeste	11.288	1.560	8.045	15.453	6.578	13.234	17.047	9.442	14.301
Sudeste	18.467	8.725	13.723	26.729	13.757	22.587	15.275	9.470	12.632
Sul	13.878	17.082	14.775	8.834	5.209	7.021	11.983	6.729	9.163
Centro-Oeste	22.509	12.591	19.712	17.941	11.071	15.495	18.911	12.235	16.549
<b>Total</b>	<b>18.618</b>	<b>9.977</b>	<b>15.057</b>	<b>21.811</b>	<b>11.677</b>	<b>18.365</b>	<b>15.593</b>	<b>9.506</b>	<b>12.888</b>

\*Valores reais corrigidos pelo IGP-DI a preços de 2019

Tabela 4 – Salários Médios Grau de instrução Doutorado (R\$) por gênero

Fonte: Adaptado de RAIS/MTE (2021).

Avaliar os rendimentos no mercado de trabalho proporciona evidenciar que ainda não há equilíbrio entre as remunerações, a partir dos dados encontrados visualiza-se com clareza as regiões naturais que possuem maior nível de discrepância salarial.

A Tabela 5 apresenta os rendimentos médios de cada gênero nos períodos de 2006 e 2019 a proporção dos rendimentos masculinos se destacam, em 2019 o diferencial foi 42%, o grau de instrução que se elevou consideravelmente foi a faixa do fundamental completo que aumentou 91%. Os avanços obtidos pelo gênero feminino nos postos de trabalho são expressivos comparados aos dos anos anteriores, contudo a disparidade salarial ainda persiste.

<b>Grau de Instrução</b>	<b>Variação 2006 a 2019 Feminino</b>	<b>Variação 2006 a 2019 Masculino</b>	<b>Diferencial Percentual dos Salários Masculinos em relação aos femininos 2019</b>
<b>Até 5ª Incompleto</b>	-13%	-29%	34%
<b>5ª Completo Fundamental</b>	8%	-19%	79%
<b>6ª a 9ª Fundamental</b>	-19%	-36%	49%
<b>Fundamental Completo</b>	-14%	-32%	91%
<b>Médio Incompleto</b>	-50%	-47%	64%
<b>Médio Completo</b>	-13%	-11%	52%
<b>Superior Incompleto</b>	-7%	-13%	28%
<b>Superior Completo</b>	8%	5%	40%
<b>Mestrado</b>	19%	19%	39%
<b>Doutorado</b>	-5%	-16%	48%
<b>Total</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>	<b>42%</b>

\*Valores reais corrigidos pelo IGP-DI a preços de 2019

Tabela 5 - Variação Percentual dos Salários Femininos versus Masculinos – 2006 e 2019

Fonte: Adaptado de RAIS/MTE (2021).

Verificou-se a participação da população ocupada feminina e masculina no mercado de trabalho brasileiro, assim como sua escolaridade em termos de anos de estudo, seus rendimentos mensais e faixas etárias. Constate-se que a mulher apesar de crescer no mercado de trabalho segue disputando vagas com o gênero masculino mesmo sendo altamente discriminada. Sendo assim, a Tabela 6 salienta a relevante discriminação contra as mulheres principalmente na região Centro-Oeste, conforme a instrução de formação avança a discriminação salarial entre homens e mulheres aumenta. Apesar disso, as mulheres continuam tentando quebrar estas barreiras da desigualdade e da discriminação no mercado de trabalho.

<b>Grau de Instrução</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
<b>Até 5ª Incompleto</b>	14%	21%	22%	81%	30%
<b>5ª Completo Fundamental</b>	138%	-8%	26%	243%	-3%
<b>6ª a 9ª Fundamental</b>	100%	-35%	44%	90%	45%
<b>Fundamental Completo</b>	197%	71%	44%	61%	79%
<b>Médio Incompleto</b>	79%	57%	50%	73%	61%
<b>Médio Completo</b>	43%	63%	47%	59%	49%
<b>Superior Incompleto</b>	28%	29%	24%	27%	32%
<b>Superior Completo</b>	30%	33%	44%	47%	47%
<b>Mestrado</b>	42%	32%	38%	49%	33%
<b>Doutorado</b>	-35%	81%	61%	78%	55%
<b>Total Brasil</b>	<b>30%</b>	<b>37%</b>	<b>46%</b>	<b>48%</b>	<b>50%</b>

\*Valores reais corrigidos pelo IGP-DI a preços de 2019

Tabela 6 – Diferencial Percentual dos Salários Masculinos em relação aos Femininos por Grau de Instrução e Região Natural – 2019

Fonte: Adaptado de RAIS/MTE (2021).

No decorrer destes resultados analisamos que ainda há aspectos que rotulam, e definem qual é o lugar da mulher no mercado de trabalho. Melhor dizendo, que o mercado não é o lugar dela. O objetivo analisado sobre as diferenças salariais por gênero nas regiões brasileiras evidenciou que é verídico que ainda há frutos de diferenças de atributos para o mesmo nível de ensino. A persistência das divisões tradicionais faz com que a mulher, principalmente quando decide ter filhos, postergue sua carreira, diferentes elementos retardam a inserção e equidade dos gêneros no mercado de trabalho e na remuneração.

Analisando os dados da RAIS foi possível constatar que apesar do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, as mulheres permanecem como mão de obra secundária e desvalorizada, os reflexos que evidenciam são os salários um contraste da produtividade, o fato das mulheres ainda carregarem os estereótipos de frágeis, inferiores e indefesas são utilizados para justificar a desigualdade social que se materializa entre os gêneros.

## 6 | CONCLUSÃO

Os resultados encontrados demonstram que ainda há barreiras a serem vencidas e padrões a serem desconstruídos, o equilíbrio nos rendimentos ainda é uma realidade a ser conquistada. O percurso para extinguir estes paradigmas de fragilidade e impotência que foram atribuídos a classe feminina ainda é longo, principalmente pelo fato de serem utilizados como motivos para explicar a presença ainda constante da desigualdade salarial.

Há um longo percurso a percorrer para que se ocorra um mercado de trabalho com igual acesso para ambos os gêneros, seria interessante se houvesse leis que impedissem

que homens recebessem a mais que as mulheres exercendo as mesmas funções e sendo profissionais com o mesmo nível de qualificação, iria ser um instrumento a mais de proteção as mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho se submetendo a desigualdades da mão de obra e desequilíbrios salariais.

As transformações só ocorrem devido ao impacto da escolaridade e dos novos padrões demográficos e culturais, e podem ser constatadas nas elevadas taxas de participação das mulheres instruídas. É neste polo que estão ocorrendo as mudanças mais significativas. No médio e longo prazo, é possível que o acesso de contingentes cada vez maiores de mulheres às ocupações e aos empregos mais qualificados crie condições para que a segregação ocupacional seja rompida e as desigualdades salariais superadas.

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de projetos como este que analisam como as estruturas da hierarquia de sexos inferiorizam a figura feminina, sendo assim pesquisas como estas desconstruem culturalmente a ideia do sexo superior, pois, ainda que a sociedade tenha se desvinculado de ideologias radicais e opressoras sobre essa superioridade, há muitas concepções discriminatórias enraizadas na contemporaneidade que precisam ser abandonadas. Sendo assim, só poderá ocorrer quando os projetos sociais e a lei caminharem juntos, porque a lei isolada não é capaz de solucionar esse problema profundo da sociedade, pois há uma bagagem histórica de inferiorização, que só se findará quando esse histórico for totalmente superado.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ASSUNÇÃO, Débora Carla de. **A questão do gênero no trabalho: estudo retrospectivo das conquistas femininas**. Universidade Federal do Paraná, 56 p. Curitiba, 2016.

COLLINI, Itali Pedroni. **Mulheres no Mercado Financeiro: Um olhar sob a ótica de gênero**. Monografia. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo), São Paulo, 2014.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa**. Psicologia & Sociedade, v. 18, p. 49-55, 2006

PEREIRA, André Marcelo Lima; LIMA, Leonice Domingos dos Santos Cintra. **A Desvalorização da Mulher no Mercado de Trabalho**. Revista Eletrônica Organizações e Sociedade, v. 6, n. 5, p. 133-148, 2017.

SANTOS, Lorena Colato dos; AMARAL, Marcielle Torres do. **Desvalorização da mulher no mercado de trabalho**. 2010. 33 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social, área de concentração: Serviço Social e Sociedade) – Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul, Serviço Social, Santa Fé do Sul, SP.

SISTEMA DE DADOS RAIS – **MINISTÉRIO DO TRABALHO MET. 2006**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 15 de dezembro 2021.

SISTEMA DE DADOS RAIS – **MINISTÉRIO DO TRABALHO MET. 2013**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 15 de dezembro 2021.

SISTEMA DE DADOS RAIS – **MINISTÉRIO DO TRABALHO MET. 2021**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 15 de dezembro 2021.



## COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS ATRIBUIDAS AOS CONTADORES PÚBLICOS SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE GARIBALDI/RS

Data de aceite: 01/09/2022

Pública.

**Daniela Pegoraro**

**Elisane da Cas**

**Táisa Maria Rossato**

ESSENTIAL SKILLS ATTRIBUTED TO PUBLIC ACCOUNTANTS FROM THE PERSPECTIVE OF ACCOUNTING STUDENTS IN THE MUNICIPALITY OF GARIBALDI/RS

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo identificar as competências essenciais que o contador do setor público deverá apresentar ou desenvolver sob a perspectiva dos estudantes de Ciências Contábeis do Município de Garibaldi/RS e de acordo com a teoria de Kaplan e Norton. A pesquisa caracterizou-se como quali quanti, e a abordagem inicial foi qualitativa, através de pesquisa documental, seguida pela quantitativa com um survey. Na primeira etapa, resultou da análise documental e descritiva do perfil dessas competências, na segunda verificou-se através da percepção dos estudantes o nível de importância dessas competências essenciais. Os resultados evidenciaram que das 31 competências identificadas, 16 foram as mais citadas. No geral os contadores públicos com competências relacionadas a técnicas de gestão, competências específicas, conduta, administração e sobretudo competências de articulação, são as mais valorizadas pelos estudantes. Isso provavelmente reflete uma mudança no trabalho dos contadores públicos, de processadores de números para profissionais mais engajados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Percepção. Competências Essenciais. Perfil do Contador. Contabilidade

**ABSTRACT:** The present study aims to identify the essential skills that the public sector accountant should present or develop from the perspective of Accounting Science students in the Municipality of Garibaldi/RS and according to the theory of Kaplan and Norton. The research was characterized as quali quanti, and the initial approach was qualitative, through documental research, followed by the quantitative one with a survey. In the first stage, it resulted from the documental and descriptive analysis of the profile of these competences, in the second one, through the students' perception, the level of importance of these essential competences was verified. The results showed that of the 31 skills identified, 16 were the most cited. In general, public accountants with skills related to management techniques, specific skills, conduct, administration and especially articulation skills, are the most valued by students. This likely reflects a shift in the work of public accountants from number crunchers to more engaged professionals.

**KEYWORDS:** Perception. Essential Competencies. Accountant Profile. Public Accounting.

## 1 | INTRODUÇÃO

O ambiente em que os contadores públicos atuam está mudando rapidamente, especialmente com os avanços nas tecnologias da informação. Esses movimentos requerem do profissional contábil determinadas competências que antes não eram consideradas necessárias para o exercício da profissão.

A nova realidade trouxe à tona a valorização do capital intelectual, o reconhecimento dos indivíduos e da relevância das pessoas dada, as suas competências e talentos. Essas competências envolvem habilidades, valores, adaptações e aderência para contribuir de forma imediata no desenvolvimento das atividades contábeis (DE FREITAS; DA SILVA NETO, 2015).

A questão das competências essenciais é debatida na literatura há mais de três décadas. A consolidação desses conceitos e suas implicações podem ser identificadas nos estudos realizados em organismos Internacionais de Educação (IES) 1-8 do *International Accounting Standards Board* (IAESB, 2019). Esses órgãos apresentam uma série de competências essenciais, organizacionais, de negócios e pessoais compreendendo inclusive habilidades interpessoais, de comunicação, trabalho em equipe, tecnologia da informação, pensamento crítico, dentre outras definições subjacentes que aprimoram a educação contábil.

Mais especificamente, estes estudos manualizados incluem o *Framework for International Education Standards* para contadores profissionais e estudantes, o Glossário de Termos do IAESB e IESs 1–6 que abordam a entrada em programas de educação contábil profissional e o desenvolvimento profissional inicial de um contador profissional em início de carreira, bem como como IES 7, Desenvolvimento Profissional Contínuo, e IES 8, Competência Profissional para Parceiros de Trabalho para Auditoria de Demonstrações Financeiras, que cobrem desenvolvimento profissional contínuo para contadores profissionais e parceiros de trabalho, (IAESB, 2019). Kaplan e Norton (2004), classificam o perfil de competências essenciais nas categorias de conhecimentos, habilidades e valores de que o empregado necessita para ser bem-sucedido em determinada posição.

Outros estudos procuram relacionar as competências essenciais dos profissionais às suas habilidades intelectuais, cognitivas e emocionais são relatados por Abdolmohammadi, Searson Shanteau (2004), Cardoso, Riccio e Albuquerque (2009) em inventário sobre estudos ligados à Contabilidade Comportamental de Meyer e Rigsby (2001), Cardoso, Mendonça e Oyadomari (2010), (TAN; FAWZI, 2017), Madruga, Colossi e Biazus (2016), *International Federation of Accountants* (IFAC, 2018), e Da Silva Sousa e Arantes (2022). Ao pesquisar sobre o tema na biblioteca eletrônica Scientific Periodicals Electronic Library SPELL®, foram identificados apenas um artigo relacionado a competências e administração pública discutidos pelos autores De Freitas e Da Silva Neto (2015). Da mesma forma, realizou-se pesquisa semelhante na Scopus® sobre competências na contabilidade pública e não

foram encontrados estudos relacionados.

A profissão de contador tem muitas especificidades sendo que a de contador público é uma das mais importantes e relevantes da profissão sendo essa razão deste estudo. Mas esse enfoque não desestimula estudos para o contador gerencial, ou outras especialidades como gerais, tributárias, controladoria, auditoria, financeira, entre outras. No caso da área de contabilidade, os estudos sobre competências se confundem um pouco com as funções e atividades do profissional conforme relatos nos estudos do IFAC (2018).

Desse modo, o objetivo deste estudo é identificar o perfil e as competências essenciais que deverá o contador do setor público apresentar ou desenvolver sob a perspectiva dos estudantes de Ciências Contábeis do município Garibaldi em concordância com a teoria de Kaplan e Norton (2004). Acredita-se que, valendo-se de esforço maior para o entendimento das competências essenciais do contador público, seja possível potencializar estudos sobre questões de ensino em contabilidade pública, treinamentos nessa área, bem como sobre aspectos comportamentais dessa profissão. É dentro deste contexto que este trabalho se insere.

Além disso, o estudo está dividido em cinco seções, incluindo a introdução. A segunda apresenta o referencial teórico sobre competências e percepção dos estudantes. A terceira apresenta os procedimentos metodológicos e na quarta a apresentação e discussão dos resultados. A última apresenta as conclusões e sugestões para pesquisas futuras.

## **2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Competências Essenciais**

O estudo de competências passa por uma longa linha de interpretação que pode ser parcialmente entendida na colocação de Dutra, Hipólito e Silva (2000), ao se tentar responder à pergunta: O que é competência? entra-se em terreno minado, tal é a diversidade das interpretações do termo ao longo dos últimos trinta anos. Outro conceito a ser entendido são os modelos de competências que representam um conjunto de aptidões requeridas para um desempenho superior em determinado cargo, procurando identificar comportamentos requeridos para desempenhar, com sucesso, uma determinada função, conforme Lucia e Lepsinger (1999).

Desde meados da década de 1980, a literatura sobre competências essenciais cresce mundialmente indicando que o problema não é exclusivo de um determinado país, mas é uma área de crescente preocupação em todo o mundo e em todas as disciplinas, incluindo contabilidade (TAN; FAWZI, 2017). A lei Bettis e Hitt (2010), introduz o conceito de competências essenciais dinâmicas, aquelas baseadas na aprendizagem contínua e no desenvolvimento de competências essenciais, na qual, caracterizam como um conjunto central *de insights* de definição e de solução de problemas que possibilitam ao empregador criar alternativas de crescimento estratégico.

Nesse sentido, existem várias definições de competências essenciais, comumente chamadas de habilidades não técnicas, capacidades, competências-chave, habilidades pessoais transferíveis, habilidades *soft* e atributos, considerados relevantes tanto para estudantes quanto para profissionais (TAN; FAWZI, 2017). A competência essencial ao profissional é a capacidade de desempenhar uma função de acordo com um padrão definido, vai além do conhecimento de princípios, normas, conceitos, fatos e procedimentos; é a integração e aplicação de técnicas, competência, habilidades, profissionais, valores, ética e atitudes (IAESB, 2019). Também, pode ser reconhecida por meio do saber (conhecimentos), saber-fazer (habilidades), saber ser (atitudes), saber agir, esse deve ser distinguido do saber-fazer (LE BOTERF, 2003).

As Competências essenciais representam a soma do aprendizado de todo o conjunto de habilidades, conhecimentos, *know-how* tecnológico e resultados dos processos decisórios da organização. Constitui uma fonte de vantagem competitiva porque deve ser única, deve contribuir para o valor percebido pelo cliente e não deve ser facilmente copiada pela concorrência (UBEDA; SANTOS, 2008). Ainda, permitem a organização criar uma proposta de valor consistente e diferenciada a seus produtos e serviços, de forma que este valor possa ser percebido pelos clientes. Nesse sentido, Kaplan e Norton (2004) analisaram a perspectiva aprendizado e crescimento de mapas estratégicos e *Balanced Scorecards* de centenas de empresas, e seis objetivos foram os mais recorrentes. Um deles são as competências estratégicas e referem-se ao capital humano. Estes autores apresentam um indicador de prontidão e um modelo de identificação das necessidades de capital humano, os quais podem ser desenvolvidos pelas organizações.

Segundo Kaplan e Norton (2004, p. 229) “Esse indicador representa a disponibilidade de habilidades, talento e *Know-how* entre empregados, tornando-os capazes de executar os processos internos críticos para o sucesso da estratégia.” No processo de avaliação do grau deste indicador começa-se pela identificação de competências. Nesse modelo identificam-se as funções estratégicas, definem-se os perfis de competência e, avaliam-se a prontidão estratégica. O produto da avaliação é um relatório da prontidão do capital humano e um programa para seu desenvolvimento visando eliminar a “lacuna de competência”. Para estes autores a ideia é identificar quais as funções estratégicas têm maior impacto sobre a melhoria dos processos internos críticos. Esses autores esclarecem que, para cada processo estratégico, uma ou duas funções estratégicas exercerão maior impacto sobre a estratégica. Ao identificar essas funções, definir suas competências e promover seu desenvolvimento acelera-se a realização dos resultados estratégicos. Três categorias juntas compõem o que Kaplan e Norton (2004), chamam de perfil de competências: o conhecimento, as habilidades, e os valores de que o empregado necessita para ser bem-sucedido em determinada posição.

Portanto, deve-se entender as competências de uma pessoa avaliando todo o contexto que a cerca (CARDOSO; NETO; OYADOMARI, 2010). A construção de modelos

de competências para os cargos é discutida de várias formas, mas podem ser sintetizadas na visão de Spencer e Spencer (1993) que trabalham com 03 métodos básicos: o chamado método clássico que utiliza funcionários com desempenho superior, painel de especialistas com a reunião e discussão sobre o cargo a ser modelado e os estudos de cargos singulares ou futuros. Para o autor as competências estão ligadas ao perfil de cada um, pois as características pessoais estão ligadas ao desempenho e aptidão das competências.

## 2.2 Competências do Contador Público

O profissional da contabilidade tem papel de relevante importância na administração pública e na execução do trabalho neste setor. Segundo Brandalise, Fella e Zanin (2009), o contador público deve buscar sempre na execução de seus trabalhos a transparência dos demonstrativos contábeis e financeiros, para que todos os cidadãos tenham compreensão das ações de seus governantes, aguçando assim a análise crítica e permitindo entendimento das formas de atuação dos mesmos, especialmente quando diz respeito à subtração de parte do patrimônio da população por meio de tributos.

O profissional no exercício das atividades governamentais, deve balizar suas ações tomando como base dispositivos constitucionais e legais, avaliando a dimensão da estrutura organizacional, e a especificidade e volume de recursos geridos pela entidade na qual presta serviços (DA SILVA, 2001).

Um estudo realizado numa instituição pública brasileira, pesquisa realizada por Castro *et al* (2009), revelou que o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências necessárias à prática contábil não se encontram num nível satisfatório referindo se aos alunos dessa instituição. Uma consequência disso poderá ser o mal desempenho de candidatos aos cargos de contador na administração pública (CARNEIRO; DA SILVA, 2015).

Quando analisado o perfil do profissional de contabilidade pública, é possível evidenciar algumas competências na formação recebida nas diversas instituições universitárias de que estudaram, entre elas, destacar as habilidades gerais e específicas, porque é uma carreira que envolve trabalho independente e responsável, assente numa sólida formação ética (ELIZALDE, 2019). Alguns autores consideram que há uma articulação fraca na formação contador público profissional, a integração do conhecimento é gerenciada sistemicamente, deixando lacunas devido a diferenças de habilidades e competências essenciais, (ARIZA; VILLASMIL; MONSALVE; FONTALVO, 2016).

Desse modo a importância da formação humanística do estudante de Ciências Contábeis deve considerar a natureza social do conhecimento contábil cujos principais objetivos são a reparação, interpretação e avaliação de informações financeiras e de eventos econômicos produzidos, (PAVAN, 2018). Assim, se destaca a complexidade da profissão de contador público, tanto em sua formação com base em padrões internacionais, como nos atributos que devem mostrar na qualidade de desempenho. Portanto, o treinamento

baseado em competências essenciais é um dos modelos que melhor contribui com o processo de aprendizagem, pois permite ao profissional contábil potencial para desenvolver as habilidades e atitudes necessárias ao entrar no mercado de trabalho com sucesso (ELIZALDE, 2019). Segundo Koulakov *et al.* (2022), as habilidades e competências que mais se destacam é a proatividade, coragem, ética, antecipação a mudanças, negociação, agilidade, julgamento profissional, flexibilidade e capacidade de inovação e criação, principalmente voltadas para sua área de atuação.

No âmbito internacional, encontra-se a normatização do IFAC e do AICPA sobre as habilidades e competências do contador para que o mesmo exerça a profissão, quanto à aprendizagem e desenvolvimento que ocorre ao longo da carreira de um indivíduo e assegura o desenvolvimento e manutenção das competências necessárias para realizar as várias funções de profissionais contadores.

Assim, a Constituição Federal, no artigo 39, parágrafos 2º e 7º, trata da profissionalização no setor público com os seguintes requisitos: 1. a participação do servidor nos assuntos relativos à administração de pessoal; 2. a profissionalização como estratégia de valorização do servidor e 3. aplicação de recursos no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público. No artigo 37, têm-se os princípios básicos que regem a Administração Pública, e entre eles destaca-se o da eficiência. Seguindo o mandamento constitucional quanto aos princípios básicos do art.37, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - Gespública elenca os fundamentos que integram a base de sustentação do Modelo de Excelência em Gestão Pública entre os quais ressalta, quanto aos objetivos da pesquisa, o de Comprometimento com as pessoas, o qual é descrito como:

Estabelecimento de relações com as pessoas, criando condições de melhoria da qualidade nas relações de trabalho para que elas se realizem profissional e humanamente, maximizando seu desempenho por meio do comprometimento, da oportunidade para desenvolver competências e habilidades para empreender, do incentivo e do reconhecimento (BRASIL, 2008).

A atual responsabilidade social imputada aos contadores públicos baliza o perfil desejado do futuro servidor público, ainda atributos como eficiência, eficácia e profissionalização são intrínsecos a administração pública (MELLO; SLOMSKI, 2010). Assim o contador público deve estar preparado para fazer parte de um sistema integrado de informações do qual é responsável pela consolidação, veracidade e publicização das informações necessárias ao processo decisório e a avaliação do desempenho governamental.

### **3 | METODOLOGIA DA PESQUISA**

O objetivo do presente estudo consiste em verificar quais são as competências essenciais requeridas para a atuação do contador público, bem como avaliar a existência de

competências a serem priorizadas para esses profissionais. O estudo caracteriza-se como empírico-analítico, do tipo exploratório. Segundo Beuren (2013), a pesquisa exploratória proporciona o aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática que não foi totalmente contemplada anteriormente, o que favorece o esclarecimento de questões sobre o tema discutidas superficialmente.

A revisão teórica adotada foi a de Kaplan e Norton (2004). O instrumento utilizado na pesquisa foi construído baseado no estudo feito por Cardoso, Riccio e Albuquerque (2009). O instrumento contempla 18 competências do contador gerencial que, neste estudo, foram desmembradas em 31 itens, para melhor compreensão. Nessa etapa, quantitativa, foi precedida do pré-teste, com os estudantes do município de Garibaldi, durante aula inaugural do Curso de Ciências Contábeis, no dia 29 de agosto de 2021. Houve sugestões de melhorias e o questionário foi aperfeiçoado. Esses respondentes não participaram da pesquisa.

O instrumento de pesquisa visou conhecer as percepções do estudante de Ciências Contábeis, por meio de um survey, quanto às dimensões das competências (conhecimentos, habilidades e valores). Utilizou-se de escala do tipo *Likert* de cinco pontos, de 1 a 5. A escala 1 foi equivalente a “Sem importância”, a escala 2 “Pouca importância”, a 3 “Relativa importância” e a 4 “Muita importância”, e 5 “Extrema importância”. A estrutura do instrumento de pesquisa objetivou analisar a percepção de competências essenciais DESEJÁVEL - caso o respondente concorda que a mesma deverá ser desenvolvida ou aperfeiçoada. A população é composta por 181 estudantes do curso de Ciências Contábeis do Município de Garibaldi, situado no Rio Grande do Sul.

## 4 | RESULTADOS DA PESQUISA

Nessa seção apresentam-se os dados analisados referente a percepção dos estudantes quanto ao perfil de competências requeridas ao contador público. O total de respondentes foi de 108, a margem de aceitação de discordância é de 10,8 respondentes. Caso 11 respondentes (acima de 10% das percepções) assinalassem “Sem importância” ou “Extrema importância”, para um determinado item de competência, o mesmo seria excluído do perfil de competências.

Utilizou-se para as colunas das tabelas a seguinte estrutura: (1) Extrema importância; (2) Importante; (3) Razoavelmente importante; (4) Pouco importante; (5) Sem importância. Na Tabela 1 apresentam-se os resultados da percepção referentes à dimensão “Conhecimentos”.

Percebe-se que 71% dos respondentes consideram de “Extrema importância” o item “Conhecer os sistemas gerenciais integrados visando informações para tomada de decisões”. No entanto, ao considerar o item 14% percebem “Sem importância”. Destaca-se o item “Conhecer procedimentos de controle interno como suporte do sistema de

informação contábil” que apresenta 59% de importância.

Conhecimentos - Conhecer sobre algo	1	2	3	4	5
Conhecer o funcionamento do sistema contábil.	57%	29%	0%	0%	14%
Conhecer os sistemas gerenciais integrados visando informações para tomada de decisões.	71%	14%	0%	0%	14%
Conhecer o planejamento integrado (plano plurianual e orçamento) do setor público.	43%	43%	0%	0%	14%
Conhecer método de apuração e análise de custos.	29%	57%	0%	0%	14%
Conhecer técnicas de análise e geração de informações complementares destinados a vários usuários.	43%	43%	0%	0%	14%
Conhecer procedimentos de controle interno como suporte do sistema de informação contábil.	29%	57%	0%	0%	14%
Conhecer fundamentos teóricos práticos básicos de liderança e gestão de pessoas.	29%	14%	57%	0%	0%

Tabela 1 - Percepção da dimensão “Conhecimentos” atualmente (%)

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O item “Conhecer fundamentos teóricos práticos básicos de liderança e gestão de pessoas” foi percebido por 59% dos estudantes como de importância razoável, ou de média importância. A percepção dos respondentes sobre a dimensão Habilidades está apresentada na Tabela 2.

Percepção da dimensão “Habilidades” atualmente.	1	2	3	4	5
Saber planejar e orientar o uso do sistema contábil e seus subsistemas.	57%	14%	14%	0%	14%
Saber propor medidas de aperfeiçoamento do sistema de informações.	14%	57%	0%	14%	14%
Ser capaz de analisar o planejamento do setor público e integrá-lo ao sistema contábil.	57%	14%	0%	14%	14%
Saber aplicar métodos de aplicação de custos.	14%	57%	14%	0%	14%
Ser capaz de analisar e interpretar informações de custos no setor público.	14%	71%	14%	0%	0%
Saber analisar as contas pública e avaliar o resultado de gestão.	57%	29%	0%	14%	0%
Ser capaz de comunicar-se efetivamente com o grupo de trabalho, gestores e o público.	29%	60%	0%	0%	11%
Saber liderar atividades da contabilidade do setor público.	29%	43%	14%	0%	14%

Tabela 2 - Percepção da dimensão “Habilidades” atualmente (%)

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.



Destaca-se os valores “Saber planejar e orientar o uso do sistema contábil e seus subsistemas”, “Ser capaz de analisar o planejamento do setor público e integrá-lo ao sistema contábil” e “Saber analisar as contas pública e avaliar o resultado de gestão”, que apresenta o maior nível de importância 57%. Entretanto, as habilidades “Saber propor medidas de aperfeiçoamento do sistema de informações”, “Saber aplicar métodos de aplicação de custos” e “Ser capaz de analisar e interpretar informações de custos no setor público” não compõe o perfil de competência dos contadores públicos, segundo a percepção dos estudantes atualmente.

O item dimensão de Habilidades “Ser capaz de comunicar-se efetivamente com o grupo de trabalho, gestores e o público.” Foi assinalado com o nível de importância de 11%, portanto, não foi considerado um item, atualmente, do perfil de competências essenciais dos contadores.

Conforme destacado na Tabela 3, a dimensão Valores a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis está apresentada na tabela 3. Sobre o item “Ética”, com a percepção de extrema importância de 100%. Outros itens da dimensão Valores que se destaca foram: “Eficácia”, “Honestidade”, “Pontualidade”, “Dedicação”, “Qualidade”, percebe-se que 83% acreditam ser de extrema importância.

Percepção da dimensão “Valores” atualmente	1	2	3	4	5
Planejamento	67%	17%	0%	0%	17%
Probidade	50%	33%	0%	17%	0%
Eficácia	83%	0%	0%	0%	17%
Eficiência	67%	17%	0%	0%	17%
Honestidade	83%	0%	0%	0%	17%
Ética	100%	0%	0%	0%	0%
Organização	33%	33%	17%	0%	17%
Cooperação	17%	33%	33%	17%	0%
Abertura	17%	67%	0%	17%	0%
Criatividade	50%	33%	0%	17%	0%
Pontualidade	83%	0%	0%	17%	0%
Dedicação	83%	0%	0%	17%	0%
Qualidade	83%	0%	0%	17%	0%
Qualificação e recursos humanos	50%	33%	17%	0%	0%
Flexibilidade	17%	33%	33%	17%	0%
Supervisão	17%	67%	0%	17%	0%

Tabela 3 - Percepção da dimensão “Valores” atualmente (%)

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Na análise das percepções quanto ao perfil desejável, houve uma forte concordância quanto a importância das competências essenciais do contador público. Os itens “Organização”, “Flexibilidade”, “Supervisão”, “Cooperação” e “Abertura” não foram consenso entre os respondentes, que atualmente, estão presentes como competências essenciais dos contadores públicos.

## 5 | CONCLUSÃO

Tendo em vista que os contadores estão cada vez mais solicitados a se capacitarem a fim de fazer frente às demandas que a sociedade está gerando, o objetivo desse estudo consistiu em identificar o perfil e as competências essenciais que deverá o contador público apresentar ou desenvolver. Acredita-se que entender quais são as competências essenciais requeridas ao profissional de contabilidade pública pode auxiliar o crescimento e o desenvolvimento dessa função, tendo sempre como pressuposto a importância das pessoas na geração de valor para as instituições.

Essas competências geram evidências de toda a dinâmica, complexidade e a natureza da função de contador público sob a percepção dos estudantes de Ciências Contábeis do Município de Garibaldi/RS. O estudo teve como principais resultados a definição das competências essenciais desejáveis ao contador público a partir da colocação das 31 variáveis coletadas na literatura, que submetidas à avaliação dos 108 respondentes, chegou-se a 16 variáveis organizadas em 03 fatores: competência em conhecimento, competências em habilidades, e competências em valores.

Após a análise dos dados, percebeu-se que o perfil de competências essenciais “Conhecimentos” houve consenso quanto aos conhecimentos relacionados a necessidade de conhecer o planejamento integrado (plano plurianual e orçamento) do setor público e “conhecer técnicas de análise e geração de informações complementares destinados a vários usuários”.

O item de competência relacionado a percepção de competência essencial desejável ao contador público relacionado a liderança apresentou uma importância razoável, conforme a percepção de importância dos respondentes. Identificou-se que os estudantes iniciantes do curso, valorizam habilidades e competências técnicas, enquanto discentes concluintes do curso, valorizam primordialmente as habilidades e valores. De forma geral, identifica-se que as habilidades e atributos éticos, responsabilidade e competência foram as mais citadas.

Na dimensão “Habilidades”, houve consenso entre os respondentes ao considerarem importante “saber propor medidas de aperfeiçoamento do sistema de informações”, “saber aplicar métodos de aplicação de custos” e “ser capaz de analisar e interpretar informações de custos no setor público”, o que reforça a necessidade de aperfeiçoar e desenvolver essas habilidades, para suprir as necessidades do mercado, com profissionais que apresentem

o perfil desejável. Quanto a dimensão “Valores”, o consenso quanto a importância extrema evidenciou-se no item ética, seguido por eficiência, eficácia, qualidade, dedicação, pontualidade e honestidade.

Desse modo, conclui-se que o perfil das competências essenciais desejáveis aos contadores públicos, compreenda conhecimentos aplicados em sistemas de informações, tesouro gerencial, custos, análise e execução orçamentária, contábil, patrimonial e financeira, bem como atributos que possibilitem realizar o trabalho de forma eficiente e eficaz, e acima de tudo com ética e honestidade.

As limitações deste estudo estão relacionadas a amostra intencional e não probabilística o que não permite nenhum tipo de generalização. A não realização de nenhum tipo de processo de validação dos dados, bem como, o não uso de validades externas de longo prazo com o uso de estudos comparativos e longitudinais como citado por Spencer e Spencer (1993) e por Boyatzis, Stubbs e Taylor (2002).

Vários pontos para pesquisas futuras são levantados com esse tipo de estudo, entre eles pode-se destacar a análise dessas percepções em relação a outras especialidades dos contadores, realizar o processo de validação e de identificação de um modelo genérico de competências, avaliar as percepções das competências dos contadores públicos para diferentes setores da economia, estudar a validade preditiva do modelo em estudos longitudinais, estudos comparativos entre países e seus aspectos culturais e o desenvolvimento da profissão em cada localidade.

## REFERÊNCIAS

ABDOLMOHAMMADI, M.J.; SEARSON, G.; SHANTEAU, J. *An investigation of the attributes of top industry audit specialists*. Behavioral Research in Accounting, Sarasota, v.16, n.3-4, p.1-17, jan. 2004.

ARIZA A., Y; VILLASMIL M.; MONSALVE P. M; FONTALVO A. F. *Análisis crítico de la formación del contador público por ciclos propedéuticos en la globalidad compleja. Universidad Libre Seccional BarranquillaColombia/ Universidad Simón BolívarColombia*. Revista Desarrollo Gerencial. Universidad Simón Bolívar. Barranquilla-Colômbia, 8 (2) Pp. 144 – 160 jan. 2016.

BETTIS, R. A.; HITT, M. A. The new competitive landscape. *Strategic management journal*, v. 16, n. S1, p. 7-19, 1995.

BEUREN, Ilse Maria Ilse. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. Editora Atlas SA, 2013.

BRANDALISE, F.; FELLA, L. J.; ZAMIN, L. M. O contador público no contexto da gestão pública. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do Instituto e Desenvolvimento Educacional do Alto do Uruguai**, v. 4, n. 8, p. 2-17, 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instruções para Avaliação da Gestão Pública – 2008/2009. Brasília: MP, SEGES, 2008.

CARDOSO, R., L.; NETO, O., R. M.; OYADOMARI, J. C. **Os Estudos internacionais de competências e os conhecimentos, habilidades e atitudes do contador gerencial brasileiro: análises e reflexões.** *Cep*, v. 1302, p. 907, 2010.

CARDOSO, R. L.; RICCIO E.; ALBURQUERQUE, L. Competências do contador: um estudo sobre a existência de uma estrutura de interdependência. *Revista de Administração da USP*, v. 44, n. 4, p. 379-385, 2009.

DA SILVA, Daniel Carneiro. Evolução da fotogrametria no Brasil. **Revista Brasileira de Geomática**, v. 3, n. 2, p. 81-96, 2015.

DA SILVA SOUSA, Rayane Camila; ARANTES, Vagner Alves. Competências e habilidades atribuídas ao contador: perspectivas de estudantes, egressos e empregadores da área contábil. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 46-69, 2022.

DE FREITAS CARNEIRO, A.; DA SILVA NETO, J., M. Competências essenciais dos profissionais contábeis em face da nova contabilidade pública sob a perspectiva dos contadores de Rondônia. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 5, n. 3, p. 100-122, 2015.

DUTRA, J. S.; HIPÓLITO, J. A. M.; SILVA, C. M. Gestão de pessoas por competências: o caso de uma empresa do setor de telecomunicações. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 161-176, 2000.

ELIZALDE, L. *Perfil profesional del contador público.* **593 Digital Publisher CEIT**, v. 4, n. 5, p. 208-216, 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). **Towards competent professional accountants.** New York: Ifac Education Committee, 2018.

INTERNATIONAL ACCOUNTING EDUCATION STANDARDS BOARD (IAESB). **Professional skill and general education.** New York: Ifac, 20019.

KAPLAN, R. S. **Kaplan e Norton na prática.** Gulf Professional Publishing, 2004.

KOULAKOV, Ivan et al. Low-degree mantle melting controls the deep seismicity and explosive volcanism of the Gakkel Ridge. **Nature Communications**, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2022.

LE BOTERF, G. **Construire les compétences individuelles et collectives: la compétence n'est plus ce qu'elle était.** Éditions d'Organisation, 2003.

LUCIA, A. D.; LEPSINGER, R. **Art & science of competency models.** San Francisco, CA: Jossey-Bass, 1999.

MADRUGA, Sergio Rossi; COLOSSI, Nelson; BIAZUS, Cleber Augusto. Funções e competências gerenciais do contador. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 9, n. 2, p. 182-191, 2016.

MELLO, G. R. de; SLOMSKI, V. Índice de governança eletrônica dos estados Brasileiros (2009): no âmbito do poder executivo. **JISTEM-Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 7, p. 375-408, 2010.

MEYER, M.; RIGSBY, J.T. **A descriptive analysis of the content and contributors of behavioral research in accounting 1989-1998**. Behavioral Research in Accounting, Sarasota, v.13, n.1, p.253-278, Apr. 2001.

PAN, P.; PERERA, H. **Market relevance of university accounting programs: Evidence from Australia**. Accounting Forum, v. 36, n. 2, p. 91 – 108, 2012.

SPENCER, L.M. JR., & SPENCER, S. M. **Competence at work: models for superior performance**. New York: John Wiley, 1993.

TAN, L. FAWZI, M., Laswad. Employability skills required of accountants. In: **SHS Web of Conferences**. 2017.

UBEDA, C. L.; SANTOS, F. C. A. Os principais desafios da gestão de competências humanas em um instituto público de pesquisa. **Gestão & Produção**, v. 15, p. 189-199, 2008.

WOODRUFFE, C. What is meant by a competency?. **Leadership & organization development journal**, 1993.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**LUAN VINICIUS BERNARDELLI** - Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Graduado em Economia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Foi Visiting Scholar na Southern Cross University (Austrália). Atua nas áreas de Economia monetária e financeira, Economia Regional, Economia da Religião e Economia da Saúde. Também atua como revisor ad hoc em diversos periódicos nacionais e internacionais. Possui publicações em diversas áreas da economia, com trabalhos aprovados em revistas como Nova Economia, Journal of Religion & Health, Sustainability, Public Administration Quarterly, Economic Analysis of Law Review, Local Government Studies, Review of Applied Economics, Review of Social Economy, Estudos Econômicos, entre outras.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adoção das IFRS 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 28, 29

### C

Capital humano 3, 66

Capitalista 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Catadores de materiais recicláveis 32, 34, 35, 39, 40, 41

Contabilidade 3, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 30, 61, 63, 64, 65, 67, 70, 72, 73, 74

Crítica 5, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 67

### D

Desenvolvimento econômico 1, 2, 3, 7, 10, 11

Desvalorização 50, 51, 56, 61

Discriminação 50, 58, 59

### E

Economia da educação 1, 2, 3, 7, 11

Empresas 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 66

Escolaridade 6, 11, 34, 35, 37, 57, 59, 61

Estado 5, 6, 7, 8, 9, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

### M

Mão de obra 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61

Moçambique 13, 14, 15, 16, 21, 29, 30

### P

Percepção de riscos 32, 34

Política educacional 1, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12

### R

Resíduos sólidos 31, 32, 33, 37, 40, 41

### S

Saúde ocupacional 32

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3





🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# ECONOMIA:

Mercado e relações de trabalho

3

